



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS
CURSO: PSICOLOGIA

CONTRIBUIÇÕES DA ABORDAGEM SISTÊMICA E FAMILIAR PARA O PROCESSO DA ADOÇÃO

SISSI MARA ANDRADE ALVES

BRASÍLIA
JUNHO / 2006

SISSI MARA ANDRADE ALVES

CONTRIBUIÇÕES DA ABORDAGEM SISTÊMICA E FAMILIAR
PARA O PROCESSO DA ADOÇÃO

Monografia apresentada como
requisito para conclusão do curso de
Psicologia do UniCEUB – Centro
Universitário de Brasília.

Professor orientador: Maurício
Neubern

Brasília/DF, Junho de 2006.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Joaquim Alves e Ana Júlia pelo apoio e carinho demonstrados no decorrer deste curso.

A meu pai pelo exemplo dado a ser seguido, pela responsabilidade ensinada, pelo amor e emanação evidenciados, a sua maneira de ser, que observei e captei durante toda minha trajetória.

À minha mãe, pelos momentos que sempre soube estar ao meu lado, orientando-me nos instantes de dúvidas e conflitos. Sempre tendo paciência de escutar-me, impulsionando-me para a direção da minha felicidade.

Aos meus irmãos Caline e Narone pelo companheirismo, um dando força e coragem ao outro, para enfrentar as barreiras e dificuldades encontradas no decorrer do caminho.

Ao meu sobrinho e afilhado Yuri pelos momentos de alegria e descontração que tanto foram importantes e úteis em períodos de tristeza e desesperança passados.

Ao meu grande amor Flaubert Júnior pela tolerância, carinho, apoio, ajuda e principalmente, amor demonstrados.

Ao meu professor e orientador Maurício Neubern, pela paciência e sabedoria ensinada.

E a todos que estiveram ao meu lado e que de alguma maneira torceram e vibraram por este galardão.

SUMÁRIO

RESUMO.....	5
INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO I – Pensando Psicologicamente o Processo da Adoção.....	10
1.1. Motivações para a adoção.....	11
1.2. Adoção no Brasil.....	15
1.3. Equipe Psicossocial: principais contribuições para o sucesso da adoção.....	16
CAPÍTULO II – Pensando Sistemáticamente o Processo da Adoção.....	21
2.1. A adoção e a rede social.....	23
2.2. A adoção e o triângulo familiar.....	26
2.3. A adoção e os trigeracionais.....	28
2.4. A adoção e o segredo na família.....	29
2.5. A adoção e o mito familiar.....	34
CAPÍTULO III – Contribuições da Abordagem Sistêmica e Familiar para o Tratamento Psicoterapêutico da Adoção.....	38
3.1. A rede social como forma de tratamento da adoção.....	40
3.2. Trabalhando com a relação triangular como forma de tratamento da adoção.....	42
3.3. A influência dos trigeracionais no tratamento da adoção.....	44
3.4. O segredo familiar e suas contribuições para o tratamento da adoção.....	45
3.5. Contribuição dos mitos familiares para o tratamento da adoção.....	48

CONCLUSÃO.....	50
APÊNDICE I.....	53
APÊNDICE II.....	55
APÊNDICE III.....	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	60

RESUMO

O presente estudo objetiva fazer um levantamento teórico sobre a abordagem sistêmica familiar e suas contribuições para o processo da adoção. Neste intuito a estrutura do presente trabalho foi dividida em três momentos, a fim de se entender como funciona o processo da adoção, desde a entrega da criança até a uma possível quebra da homeostase familiar, o que levaria a necessidade do trabalho psicoterapêutico. No primeiro capítulo será detalhado o tema adoção juridicamente. No segundo capítulo será feito um embasamento teórico interligando o tema da adoção com a abordagem sistêmica e familiar. E no terceiro capítulo serão propostas algumas sugestões de tratamento psicoterapêutico para as famílias adotivas. Por fim este trabalho terá, também, o objetivo de trazer uma pequena contribuição teórica para o tema apresentado, tendo em vista que existe pouca pesquisa nesta área tanto na psicologia, de uma forma geral, quanto na abordagem sistêmica e familiar.

Palavras chaves: adoção, abordagem sistêmica e familiar, rede social, trigeracionais, relação triangular, segredos e mitos familiares.

INTRODUÇÃO

A adoção é uma prática existente desde tempos remotos da história da humanidade. Em Weber (2003), pode-se encontrar uma breve análise do contexto histórico da adoção, o que possibilita uma reflexão interessante, onde ela afirma que todos, um dia, já ouviu falar sobre mitos ou trechos históricos envolvendo o tema adoção. Por exemplo, temos a história de Moisés, que foi adotado pela filha de um Faraó; temos informações sobre os mitos dos filhos abandonados, Rômulo e Remo; e temos relatos sobre o império romano, que foi governado durante anos por Augusto, que era filho adotivo de Júlio César. Até mesmo as histórias infantis estão rodeadas por mitos ligados a adoção, como: o Super-Homem, que veio de outro planeta e foi adotado como herói pelos humanos; os Flinstones, que apresenta para as crianças o Bam-Bam, que é uma criança adotada, filho de Barney e Beth; o filme Mogli - O Menino Lobo, que foi abandonado na floresta e adotado pelos animais; os filmes Tarzan, que foi adotado por macacos depois de ter sido abandonado na selva e Pinóquio, que foi adotado após seu pai desejar que seu boneco de madeira, Pinóquio, virasse um ser humano (Weber, 2003). Todos esses exemplos sobre a adoção demonstram e comprovam que o homem não nasceu para viver isoladamente e que é de sua essência procurar outros para conviverem consigo, o que justifica a necessidade do surgimento da adoção como forma de garantir a própria existência humana.

Elkaïm (1998), afirma que “as famílias humanas são uma unidade emocional. Seus membros acham-se ligados uns aos outros de tal maneira que o funcionamento de cada um deles automaticamente afeta o dos demais” (p. 72). Logo, a criança adotiva ao ser inserida no sistema familiar daqueles que a escolhe como filho necessita sentir-se pertencente afetivamente ao grupo no qual está sendo enxertada, visto que se não ocorrer a adaptação no ciclo familiar, ocorrerá rejeição e desestruturação da família.

Contudo, esta adaptação necessita acontecer em qualquer família, adotiva ou biológica. Inclusive Dolto (apud Nogueira, 2001) relata que “toda a filiação é adotiva porque é necessário o ato de aceitação da criança como filho para que exista realmente essa vinculação afetiva entre mãe e filho ou pai e filho” (p. 95).

Assim, observa-se que a abordagem sistêmica e familiar muito tem a contribuir para o acompanhamento de famílias adotivas e esta contribuição abrange vários aspectos que podem ser

trabalhados com tais famílias, como: o trabalho com redes sociais; com os triângulos; com os trigeracionais; com os segredos e com os mitos familiares.

Logo, Sluzki (1997) ao dizer que as redes sociais seria o mesmo que a soma de todas as relações significativas que um indivíduo possui, demonstra que é essencial seu trabalho com famílias adotivas, pois ambas as redes, tanto de quem adota quanto de quem é adotado, sofrerão alterações significativas ao entrarem em contato uma com a outra. Observa-se que na adoção a dificuldade encontrada em perceber isto é muito grande, visto que nem a família, nem a criança adotiva, notam que necessitam ter suas relações ou papéis reformulados, para que aí sim possa ocorrer à adaptação e o conseqüente sucesso da adoção.

Em Krom (2001), encontra-se algumas reflexões de grande valia, sobre triangulações, no processo psicoterapêutico. Ou seja, esta autora afirma que: quando existe a relação triangular na família, tal relação torna-se responsável pelo surgimento de conflitos e desestruturação do sistema. Visto que vão ocorrer, com freqüência, a disputa entre os familiares e a manutenção dos sintomas, além da não individuação do filho adotivo.

Andolfi (1998), remeterá o pensamento sistêmico para a questão trigeracional. Este autor cita que a teoria trigeracional, durante o processo psicoterapêutico, leva em consideração a fala histórica - evolutiva do cliente. O que possibilita a visualização da família adotiva em seu aspecto geral, onde o psicoterapeuta tomará o cuidado de trabalhar juntamente com a família adotiva sua história procurando analisá-la desde suas gerações passadas. Isto permitirá melhor observação e compreensão dos sintomas, que às vezes podem estar se repetindo no sistema familiar.

Já Imber-Black (1994), traz a idéia de que os segredos familiares são elementos sistêmicos que podem ocasionar sérios danos ao sistema familiar, pois, eles podem favorecer a formação de díades, triangulações, alianças encobertas, desconfianças, divisões, rompimentos e outros. Na família adotiva estes danos são facilmente perceptíveis quando existe a presença de segredos, principalmente, quando este é revelado de forma inadequada, por terceiros, para o filho adotivo.

Contudo, Neuburger (1999) ao relatar sobre os mitos familiares, traz a idéia de que a família adotiva não deve se preocupar imediatamente em contar a verdade sobre a adoção para o filho, e sim sua principal preocupação necessita estar relacionada à forma pela qual a criança irá entrar no grupo familiar, visto que o mais importante é concretizar a vinculação com a criança

adotiva, porque depois que este vínculo estiver com suas bases sólidas, a criança estará apta, a saber, sobre sua adoção, sem ter sérios problemas de adaptação com a família.

Neuburger (1999) e Freyre (1992) fazem também uma breve reflexão sobre questões míticas envolvendo algumas experiências passadas, como: o período romano e o período de escravidão no Brasil, onde encontramos exemplos de sistemas familiares adotivos, não como o atual, porém uma forma patriarcal onde o Imperador Romano César e o Senhor de Engenho mantinham suas famílias estruturadas por meio da aquisição do vínculo, visto que só permaneciam dentro do seio familiar aqueles que fossem do agrado e de confiança do *pater familias*, inclusive quando este conhecia alguém que gostasse ou chamasse sua atenção, ele convidava para conviver com sua família.

Todavia, ao se fazer o estudo teórico sobre a abordagem sistêmica e familiar e suas contribuições para o processo adotivo, nota-se que existe pouquíssimo material teórico sobre este assunto, principalmente no Brasil. Observa-se que a teoria sistêmica e familiar também não tem muita pesquisa publicada nesta área, o que demonstra e comprova a necessidade de se trabalhar mais, visando um maior aprofundamento, tendo em vista que este público, pais e filhos adotivos é muito grande e merece uma atenção especial por parte da psicologia.

Seguindo este raciocínio observa-se que o presente estudo tem o objetivo de fazer uma inter-relação entre a adoção e suas conseqüências para as famílias que adotam, utilizando-se para isto a abordagem sistêmica e familiar, no intuito de embasar teoricamente, por meio de um levantamento teórico, o processo da adoção e suas contribuições para a homeostase familiar.

Assim, para um melhor embasamento do presente trabalho foi feita uma entrevista com o supervisor da seção de adoção da Vara da Infância e Juventude do Distrito Federal, no intuito de levantar informações sobre como funciona o processo de adoção juridicamente no Brasil, quais são as motivações dos pais que procuram a adoção, qual é o perfil de quem costuma adotar e de quem é adotado e como funciona a rotina da equipe psicossocial da adoção, estes são temas que serão trabalhados no primeiro capítulo do respectivo trabalho.

No segundo capítulo, será feita uma inter-relação entre a teoria sistêmica e familiar com o processo da adoção a fim de se verificar qual é a função da adoção dentro do sistema familiar.

E no terceiro e último capítulo, a autora do presente trabalho, optou por fazer algumas sugestões de tratamento para a família que apresenta dificuldades em relação ao filho adotivo,

usando-se para isto novamente a colaboração da abordagem sistêmica e familiar como forma de embasar teoricamente seu trabalho.

Por fim, percebe-se que neste estudo a autora tomará o cuidado de enfatizar alguns temas que considerou como os mais presentes dentro do contexto familiar adotivo, relatando-os teoricamente e em seguida, apresentando-os como forma de auxílio no tratamento psicoterapêutico. Assim, surgirão assuntos, como: a questão da rede social da família adotiva, a relação triangular existente no ciclo familiar adotivo, o impacto do segredo da adoção no sistema familiar, a repetição do sintoma familiar citada pelos trigeracionais e o mito familiar e sua ligação com a homeostase familiar.

CAPÍTULO 01

PENSANDO PSICOLÓGICAMENTE O PROCESSO DA ADOÇÃO

Ao se observar o processo da adoção, verifica-se que existe uma tendência muito grande de se analisar seu aspecto jurídico e burocrático, deixando muitas vezes de lado, aspectos como: psicológicos, afetivos e emocionais que são de grande valia e fundamentais para a adaptação da criança e da nova família ao processo adotivo.

É interessante verificar-se, que para que a adoção seja bem sucedida, torna-se necessário acreditar e aceitar que tanto a criança queira adotar uma família, quanto à família deseja adotar a criança. Este vai ser um processo mútuo e conjunto de ambas as partes, visto que o sucesso da adoção só ocorrerá se todos os envolvidos tiverem os mesmos interesses.

Contudo, nota-se que isso é observado em famílias que adotam crianças que já têm a linguagem estruturada, pois, as recém-nascidas, obviamente, não apresentam condições para opinar sobre qual família quer pertencer. O que é relatado por Hamad (2002), ao afirmar que “uma adoção só funciona se a criança adotar seus pais adotivos” (p. 147).

Além da linguagem, outro fator que também é determinante para uma boa adaptação da família adotiva é a questão da afetividade e apego que ocorrem entre os candidatos à adoção e a criança a ser adotada. Inclusive, Berthoud (1997) afirma que “a adoção é essencialmente um processo de troca, que só faz sentido quando nela está envolvida forte carga afetiva onde ambos, pais e crianças, irão dar e receber o que lhes falta reciprocamente” (p. 117).

Acredita-se então, que seria aceitável pensar-se sobre a adaptação da família adotiva como um todo, envolvendo a criança e os pais adotivos num mesmo circuito, uma vez que estes parâmetros se encontram com uma mesma finalidade: a adoção uns dos outros. Lembrando-se que para que a adoção seja bem sucedida o que tem de acontecer é o sentimento de pertencente ao grupo, vivenciado tanto pelos pais quanto pela criança adotiva.

No entanto, nota-se que de acordo com Berthoud (1997) “ser maus ou bons pais, não depende da condição de ser pais biológicos ou adotivos, mas sim motivação subjacente ao desejo pela paternidade” (p. 121).

Nogueira (2001), traz o seguinte trecho:

(...) O verdadeiro sentido das relações pai-mãe-filho transcende a lei e o sangue, não podendo ser determinadas de forma escrita nem comprovadas cientificamente, pois tais vínculos são mais sólidos e mais profundos, são invisíveis aos olhos científicos, mas são visíveis para aqueles que não têm os olhos limitados, que podem enxergar os verdadeiros laços afetivos, de tal forma que os verdadeiros pais são os que amam e dedicam sua vida a uma criança, pois o amor depende de tê-lo e se dispor a dá-lo (p. 84).

Isso comprova que não tem como se obrigar ninguém a assumir uma responsabilidade que não se queira. E confirma mais uma vez que a adoção só será bem sucedida se todos os que estão envolvidos no processo adotivo realmente se disporem a assumir uns aos outros verdadeiramente, formando assim um sistema familiar. Logo, Nogueira (2001) relata que, “pode-se dizer que existem dois momentos referentes à filiação: um fisiológico, que determina a filiação biológica, e um psicológico, que determina a filiação afetiva, sendo esta decorrente da criança se sentir segura e desejada” (p.86).

1.1. Motivações para a adoção

Observa-se que, quando uma criança é procurada para a adoção, os candidatos parecem chegar com um pré-julgamento formado a respeito da escolha da mesma. O que envolve características físicas e psíquicas pré-determinadas, como: idade, cor, raça, gênero e estado de saúde.

Costa e Campos (2003) e Ebrabim (2001), demonstram em suas pesquisas, dados relacionados às características de crianças que são mais e menos adotadas e também sobre os perfis dos pais que adotam e em que circunstâncias costumam adotar.

Através de seus estudos percebe-se, que crianças até dois anos de idade têm mais chance de serem adotadas, a partir dessa idade elas tendem a permanecer mais tempo nas instituições ou casas abrigo, ou são adotadas tardiamente, o que é confirmado pela Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal.

Geralmente observa-se a preferência dos candidatos por crianças brancas, com características européias e que aparentam ter bom estado de saúde. Todavia existe ainda o favoritismo por crianças do sexo feminino, ficando as do sexo masculino como segunda opção.

Conclui-se que crianças com essas características terão mais chances de serem adotadas do que aquelas que não as têm.

Observa-se ainda que segundo os candidatos, a justificativa para isso seria o fato de que crianças com tais características são mais fáceis de serem adaptadas ao novo convívio social que futuramente serão inseridas. Acredita-se que as mulheres são mais adaptáveis e menos agressivas que os homens, que recém nascidos sofrerão menos influências comportamentais de seus pais biológicos, que é mais fácil lidar com crianças da mesma cor e raça dos pais adotivos, evitando assim futuros conflitos com problemas advindos de preconceitos devido à cor e à raça da criança, e que conviver com crianças saudáveis fisicamente é mais aceitável pelo meio social do qual os candidatos fazem parte.

Conforme é explicitado por Reppold e Hutz (2003), geralmente as pessoas fazem um pré-julgamento a respeito daqueles que adotam, classificando-os ora como hedonistas, que seriam as pessoas que adotam no intuito de satisfazerem seus próprios desejos, e ora como altruístas, que seriam aqueles que adotam no intuito de ajudar o próximo, desde que o outro também o ajude.

Percebe-se então que conforme Berthoud (1997), casais férteis que adotaram por motivos altruístas ou simplesmente pelo desejo de ter um filho adotivo conseguiram estabelecer com seus filhos um bom padrão de apego, onde a relação era essencialmente sentida como uma troca entre dar e receber, especialmente compensações afetivas. Da mesma forma, os casais estéreis que demonstraram ter conseguido elaborar o conflito de infertilidade conseguiram um alto nível de identificação com o filho, o que possibilitou o desenvolvimento de um padrão de apego seguro por parte da criança e um sentimento de paternidade afetiva fortemente estabelecida pelos pais.

Todavia, a autora citada no parágrafo acima afirma que nos poucos casais estéreis que demonstraram alguma insegurança em relação à decisão de adotar, a relação com a criança foi bastante prejudicada, tendo esta exibido um padrão de apego ansioso e ambivalente.

Verifica-se que os adotantes hedonistas, em sua maioria são pessoas casadas que não têm filhos biológicos e possuem o desejo de exercer a maternidade e paternidade, inclusive dão preferência para a adoção clássica de recém-nascidos. Já os adotantes altruístas geralmente são pessoas mais velhas, que já possuem filhos, mas que desejam adotar no intuito de ajudar os mais

necessitados, ou também pessoas que querem constituir famílias, mas não têm tempo de começarem do zero. Estes são reconhecidos também, como adotantes tardios, pois, apresentam a característica de adotarem crianças mais velhas (Reppold & Hutz, 2003).

Ebrabim (2001) afirma que, “adotantes tardios apresentam índice mais elevados de maturidade e estabilidade emocional”, quando comparados aos adotantes altruístas (p. 77), talvez seja por isso que eles tendem a realizar mais, a adoção tardia.

Percebe-se que os candidatos altruístas geralmente justificam sua escolha por crianças recém-nascidas pelo fato de que as crianças mais velhas teriam maior dificuldade de se adaptar a eles, o que hoje é percebido pela equipe psicossocial, da Vara da Infância e da Juventude do DF, como um mito, visto que, se ocorrer afetividade entre os pais e a criança mais velha, nada vai impedir que a adoção seja um sucesso. Isso talvez tornaria o convívio social mais difícil de ser realizado ao citar que: “segundo as famílias adotivas, dificilmente uma criança adotada tardiamente aceitaria os padrões estabelecidos pelos pais, pois, estariam com sua formação social iniciada” (Ebrabim, 2001, p. 74).

Contudo, as famílias adotivas parecem esquecer que “a paternidade é essencialmente afetiva e pode ou não se estabelecer na paternidade biológica ou na adoção” (Berthoud, 1997, p. 119). Logo, independente da idade que a criança poderá vir a ser adotada, o que vai garantir o surgimento de afinidade entre ela e os pais adotivos, será a forma que ela entrará e será recebida neste novo convívio social que está sendo inserida, ou seja, para que ocorra a adaptação da criança faz-se necessário que ela se sinta pertencente ao grupo familiar, ao qual passará a pertencer.

Verificando-se que a adoção clássica, de crianças menores de dois anos de idade, ocorre com uma frequência bem maior que a adoção tardia, percebe-se que isso se dá devido, principalmente, ao preconceito que a criança mais velha sofre quando é adotada, ao medo da dificuldade de educar criança acima de dois anos de idade, ao receio quanto aos comportamentos já aprendidos por esta criança e ao desejo dos pais de apagar a história passada da criança. Essas são hipóteses discutidas por Ebrabim (2001), sobre o motivo pelo qual crianças maiores de dois anos tendem a permanecer institucionalizadas.

Observa-se entretanto, observa-se que para alguns candidatos que procuram adotar uma criança, “a fertilidade significa muito mais do que a realização do desejo de continuidade, pois, estaria bem vinculada à confirmação da condição de macho, potente e viril” (Berthoud, 1997, p.

120). No entanto, esta percepção sobre a fertilidade acarreta grande sofrimento para aqueles que descobrem que não podem ter filhos e acabam tendo que optar pela adoção. Isto também constitui em sofrimento para as crianças que poderão ser adotadas por candidatos que pensam desta forma, visto que elas serão para sempre a prova viva e a confirmação, para estes candidatos, de que eles são incapazes de terem filhos.

Assim, existe uma preocupação das instituições em estar pesquisando o que diferencia as motivações dos pais que adotam crianças mais velhas dos que adotam recém-nascidos. Ebrabim (2001), “supõe que as pessoas que adotam crianças maiores são mais altruístas, maduras e estáveis emocionalmente” (p. 74).

Costa e Campos (2003), realizaram uma pesquisa no Distrito Federal, onde tinham o objetivo de conhecer “se existe, no processo de adoção, uma concepção de família idealizada, na perspectiva dos técnicos e também na perspectiva das famílias que se apresentam ao Juizado querendo adotar uma criança” (p. 221). Logo, elas procuram levantar alguns dados sobre quais seriam as motivações das famílias que surgem no Juizado querendo adotar uma criança. Descobriram que, geralmente “o desejo de exercer a maternidade/paternidade” fica em primeiro lugar e “ajuda ao próximo” fica em segundo (p. 222). Isso demonstra que Ebrabim (2001) está correta ao dizer que não só no Brasil como em todo mundo, a tendência das famílias é adotar crianças por motivos hedonistas, o que ocasiona a grande dificuldade que vemos hoje de crianças mais velhas, acima de dois anos de idade, serem adotadas.

Além dessas motivações citadas por candidatos que aguardam pela adoção, temos mais algumas que são de grande relevância, tais como: “necessidade de preencher a solidão; proporcionar companhia a um filho único; escolher o sexo do próximo filho; substituir um filho natural falecido, dentre outros” (Costa & Campos, 2003, p. 222). Mais uma vez, nota-se que a maioria das motivações encontradas apresentam tendências hedonistas, ou seja, a satisfação de si mesmo.

Isso é algo preocupante, quando percebido que na família adotiva não existe a intenção de adoção por ambas as partes (pais e criança). Contudo, essas motivações serão saudáveis, quando a criança também demonstra ter algum interesse pela adoção, tanto quanto os pais, visto que é observado na fala de muitos adotados que do mesmo jeito que seus pais queriam adotar uma criança por determinados motivos, eles também queriam ser adotados, no intuito de ter uma família na qual se sentissem pertencentes.

1.2. Adoção no Brasil

Segundo Campos e Costa (2004), a Lei Federal nº 8.069 de 13 de Julho de 1990, que trata sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), surgiu como: “uma lei de vanguarda no panorama internacional e tem, como concepção que a sustenta a Doutrina de Proteção Integral, defendida pela Organização das Nações Unidas (ONU), com base na Declaração Universal dos Direitos da Criança, que afirma o valor intrínseco da criança como ser humano” (p.95-96).

O ECA foi criado de forma a mudar definitivamente os conceitos que se tinham em relação aos direitos de uma criança. Agora as pessoas passam a vê-la como um ser humano provido de direitos e deveres, principalmente o direito de proteção à vida.

Ao se pensar sobre a colocação da criança em família substituta, nota-se a necessidade da lei, de definir de que forma esta criança poderia permanecer dentro de tal família. Neste sentido verifica-se que o ECA esclarece como isto poderia acontecer, trazendo a diferenciação de alguns conceitos, como: guarda, tutela e adoção.

Na guarda exige-se a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos genitores. Com a guarda destina-se também a regularizar a posse de fato e a mesma confere à criança ou adolescente a condição de dependente sendo revogável a qualquer tempo (Art. 33 a 35).

Já a tutela pode ser deferida de acordo com os termos da lei civil; seu deferimento acontece quando ocorre a suspensão ou perda do pátrio poder dos responsáveis pela criança ou adolescente o que implica o dever de guarda; geralmente a tutela é requerida quando o tutelado possui bens materiais (Art. 36 a 38).

Conforme é explicitado por Campos e Costa (2004) “a adoção é a modalidade de colocação em família substituta que atribui à criança ou ao adolescente a condição de filho” (p. 96). O mesmo é observado no Art. 41, que diz: “a adoção atribui ao adotado a condição de filho, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais”. Percebe-se que após a adoção a criança passa a ter uma nova família, o que implica no seu desligamento automático da família biológica.

Ainda sobre a adoção, nota-se que ela é vedada se for feita por procuração. O interessado em adotar deve ter no mínimo 18 anos de idade e ela atribui condição de filho ao adotando, lembrando que é recíproco o direito sucessório entre o adotando e os familiares do adotante até o

quarto grau de hereditariedade. Independente do estado civil qualquer pessoa pode adotar, desde que não seja o descendente do adotado como: seus avós e seus irmãos. Existe ainda uma restrição: deve haver uma diferença de 16 anos entre o adotante e o adotando. A adoção depende, também, do consentimento dos pais biológicos e da criança ou adolescente, porém se os pais não forem conhecidos o consentimento é dispensado, todavia se o adotando tiver mais de 12 anos, ele também tem que dar seu consentimento à adoção. Outro ponto importante é que a adoção pode ser deferida quando apresentar vantagens para quem estiver adotando e antes de ser autorizada, terá que existir um prazo de convivência entre o adotando e o adotante. No registro civil do adotando, constarão os nomes dos pais adotivos e seus ascendentes sem nenhuma observação sobre a origem da criança ou adolescente. E é interessante citar que a adoção é irrevogável e a morte dos adotantes não restabelece o pátrio poder dos seus pais naturais (Art. 39 a 52).

O ECA relata que, o Juiz e/ou o Ministério Público, antes de determinar a guarda, a tutela e ou a adoção da criança ou adolescente, solicitará a realização de um estudo psicossocial e se possível pericial por equipe interprofissional, decidindo sobre a concessão da guarda ou estágio de convivência da criança com a família substituta (Art. 167), o mesmo relato pode ser observado na fala do supervisor da equipe psicossocial de adoção da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal.

É importante lembrar que após 2003, com a aprovação do Novo Código Civil, Lei nº 10406 de 10/01/2002, a maioria passou dos 21 para os 18 anos de idade, o que autoriza os adotantes a adotarem a partir dos 18 anos, porém mantendo a diferença, estabelecida pelo ECA, de 16 anos entre o adotante e o adotado. No Código percebe-se ainda que ninguém pode ser adotado por duas pessoas, a não ser se forem casais que possuem vida conjugal estável.

1.3. Equipe Psicossocial: principais contribuições para o sucesso da adoção

Verifica-se que a estruturação de uma equipe psicossocial dentro das Varas da Infância e Juventude é de fundamental importância para que ocorra um processo bem sucedido de adoção. No entanto, não são todas as comarcas do Brasil que tem uma equipe específica com este intuito. Apesar do ECA e Código Civil estabelecerem que toda criança ou adolescente encaminhados para família substituta ou casa abrigo devem ter acompanhamento psicossocial, ainda existe precariedade na estruturação das equipes em todo o Brasil.

Em Brasília-DF existe na Vara da Infância e da Juventude, no setor de adoção, uma equipe psicossocial especializada, que visa atender e encaminhar candidatos, genitores e crianças à adoção da melhor forma possível, evitando ao máximo qualquer tipo de trauma psíquico que possa prejudicar o sucesso de um futuro processo adotivo.

A equipe de adoção é responsável em manter uma lista de espera de candidatos e crianças à adoção. Para isso é feito um acompanhamento e visita aos supostos candidatos antes deles serem inseridos na lista, no intuito de se fazer uma prevenção e se evitar que crianças sejam encaminhadas a famílias que não possuam o perfil adequado para recebê-las.

No Distrito Federal quando uma família deseja adotar uma criança legalmente, ela primeiramente deve se dirigir a uma Vara da Infância e Juventude e se inscrever no setor de adoção, esta por sua vez vai acionar sua equipe psicossocial para avaliar essa família, caso ela se enquadre nos quesitos necessários, será feito seu cadastro e ela ficará aguardando até que alguma criança cadastrada se apresente para a adoção. Assim que ocorrer a apresentação da criança à família adotiva, um técnico do setor de adoção acompanhará a família por algumas semanas, no intuito de verificar se está ocorrendo acolhimento por ambas às partes, no processo adotivo. Após este período se a família decidir ficar com a criança, será dada entrada nos autos da adoção. O Juiz irá deferir, assim, a guarda provisória da criança e solicitar que seja feito um novo estudo psicossocial, porém agora com o intuito de se verificar se está ocorrendo à adaptação e aceitação da criança e da família no processo adotivo. Algum tempo depois, dependendo do resultado da avaliação do estudo psicossocial, será dado pelo Juiz a sentença e o mandado de cancelamento do registro anterior e confecção de novo registro civil da criança. O cadastramento das crianças à adoção é feito com autorização dos seus genitores que concordam com a adoção e abrem mão de seus direitos pela criança ou pode ser decorrente de um processo de destituição de pátrio poder.

Em Brasília-DF, na Vara da Infância e da Juventude, no Setor de Adoção, existe um projeto denominado Pré-Natal da Adoção que tem o objetivo de ajudar na preparação dos candidatos à adoção e não somente avaliá-los e selecioná-los. Costa e Campos (2003), afirmam que neste projeto são feitas atividades em grupos, onde são trabalhados temas relacionados com adoção e acolhimento, no intuito de se vivenciar e refletir sobre as expectativas, fantasias e medos que os candidatos apresentam sobre a adoção.

A equipe psicossocial também tem o papel de esclarecer para os candidatos que ao se adotar uma criança o casal tem que verificar se está realmente preparado para isso, visto que de

acordo com Hamad (2002), “adotar uma criança é um ato que deve ser relacionado a uma certa disponibilidade psíquica que permite ao casal abrir-se para acolher em seu seio uma criança que não viria mais reparar uma injustiça ou suprir uma falta” (p. 84). Ou seja, o casal tem que saber que a criança que eles estão adotando, não terá a função de encerrar um luto ou substituir uma falha.

A equipe deve pesquisar os conceitos que os pais adotivos tem sobre a adoção em si, ou seja, necessita avaliar que finalidade a adoção vai ter para aquele casal que se inscreve como candidato, quais são suas motivações, seus objetivos e até limitações frente a uma criança que está disponível à adoção. Ela deverá fazer isso, no intuito de se prevenir futuros danos à criança, que muitas vezes é adotada para substituir um vazio em determinada família como, por exemplo, a morte de um filho biológico. O ideal é que “o filho adotivo não chegue como substituto do filho original, mas como o filho do desejo e em seu próprio nome” (Hamad, 2002, p. 23).

É de fundamental importância para a equipe que todos estejam sempre prontos para escutar toda a demanda dos candidatos e principalmente saber retornar para estes tais demandas de forma que eles possam visualizá-las e interpretá-las conseguindo assim identificar quais são os seus papéis e qual o papel da criança no processo adotivo. Lembrando que “não temos o direito de rejeitarmos uma demanda sem se dar o tempo de ouvirmos os candidatos” (Hamad, 2002, p. 29).

A equipe procura esclarecer também que quando ocorre a adoção, esta, tem que acontecer entre ambas as partes, os pais adotivos têm que passar a ver e sentir a criança como filho realmente. O mesmo tem que ocorrer com o filho que deverá enxergar os candidatos como pais. Procurando, ambos, esquecerem que um dia ocorreu a adoção, contudo de forma saudável, sendo a adoção aceita por todos e não mantida em segredo, o que poderia gerar diversos traumas.

Conforme é vivenciado pela equipe psicossocial, quando o processo não ocorre de forma saudável começam a surgir os problemas, as frustrações, pois, como é lembrado por Weber (2003), “os filhos não querem que deles seja esperado apenas gratidão, pois entendem que a relação tem uma bidirecionalidade”. Ou seja, a adoção tem que ser reconhecida, tanto pelo adotante quanto pelo adotado.

A mesma autora traz um trecho de uma fala de um adotivo que esclarece bem seu sentimento sobre esta questão da relação de troca que deve existir entre o adotado e o adotante:

(...) Eu sempre me aborreci quando dos filhos adotivos só se quer saber a história, mas ninguém se preocupa em saber como ele se sente ou não, e dele só se espera gratidão, mas que a adoção acontece dos dois lados ninguém comenta, e não só os pais precisam aceitar a criança e está resolvido, mas tem que existir a aceitação por parte da criança também. Quando dizem que se os pais não tivessem adotado, nós estaríamos na rua, pode até ser verdade, mas no meu sentimento foi sempre tirar uma parte da condição de filho (p. 524).

Isso é algo que, realmente, tem que ser bem trabalhado nas instituições, visto que como Dolto e Hamad (1998), citam muito: a adoção é como um implante ou enxerto. Pega-se uma criança e a enxerta na família, se não houver nenhuma rejeição, quer dizer que o processo adotivo foi bem sucedido, porém se for verificado que sintomas adversos e complicações estão surgindo com frequência e duração prolongada, quer dizer que está ocorrendo rejeição. Neste caso deverá ser lançado um outro olhar para esta família, pois, se não for feita nenhuma intervenção a adoção poderá ser um desastre e poderá até ocorrer certos traumas que podem prejudicar tanto a criança como os pais adotivos.

Outro aspecto observado pela equipe psicossocial é a questão do abandono, ou seja, conforme relatado por Costa e Campos (2003), no Brasil verifica-se que a população, em sua grande maioria encontra-se, abandonada pelo Estado, sem direito ao acesso à saúde, educação e segurança que são direitos básicos de cidadania. Pensando neste sentido, pergunta-se até que ponto os pais biológicos possuem liberdade de escolha em abandonar ou não seus filhos? Será que não são impulsionados pelo próprio meio em que vivem? Por tudo isso, percebe-se uma preocupação muito grande da equipe de apoiar a genitora que chega muitas vezes no setor de adoção, com medo de ser recriminada pelo fato de não ter condições de ficar com a criança.

Assim, verifica-se que ao entregar a criança à adoção os pais estão dando outra oportunidade para a mesma desenvolver relações afetivas estáveis e saudáveis, o que talvez não seria possível ao lado deles. Por isso alguns autores como Berthoud (1997), preferem substituir o termo abandono por outras expressões. Ela, por exemplo, prefere usar a palavra entrega, pois, acredita que é mais fácil para a mãe dizer que está entregando o filho para a adoção do que conviver com a idéia de que esteja abandonando seu bebê.

Costa e Campos (2003), relatam que é de fundamental importância que o Poder Judiciário juntamente com sua equipe psicossocial mantenham todas as informações sobre a história de vida do adotado e sua origem, no intuito de que no futuro este tenha a oportunidade ou opção de reconstruir sua história. Inclusive na seção de adoção de Brasília-DF existe uma pasta onde são arquivados todos os documentos, que eles tiveram acesso no decorrer do processo, sobre a história de vida da criança antes da adoção.

No Rio Grande do Sul também é feita a confecção de uma pasta para cada criança adotiva, onde são guardadas informações sobre sua história com fotos, cartas e outros documentos que são de grande valia para a estruturação histórica da origem da criança.

CAPÍTULO 02

PENSANDO SISTEMATICAMENTE O PROCESSO DA ADOÇÃO

Para que ocorra o sucesso da adaptação de uma família adotiva, deve-se primeiramente avaliar se a família que se coloca a disposição de adotar uma criança, encontra-se realmente em condições de receber esta criança e estruturar uma futura família saudável. Neste intuito, faz-se necessário que ocorra um acompanhamento da família adotiva, especialmente quando esta começa a apresentar sintomas que possam prejudicar sua homeostase. Tais sintomas podem estar ligados a vários fatores, como: a rede social da família, a presença de relações triangulares na família, as heranças trigeracionais que podem estar se repetindo no sistema familiar, aos segredos familiares que são muito comuns em caso de adoção e aos mitos familiares, que muitas vezes trazem idéias preconceituosas em relação à adoção na família. Assim, a terapia sistêmica e familiar torna-se de grande valia de forma a auxiliar no entendimento sobre os diversos aspectos que possam surgir durante um processo de adoção.

A terapia sistêmica e familiar traz a idéia de que terapeuticamente deve-se pensar sobre as demandas familiares como uma unidade familiar, ou seja, um sistema e não analisando seus componentes individualmente. Bowen (1998 apud Papero, 1998), define que a família é um sistema onde as mudanças que ocorrem em um dos componentes são compensadas por mudanças ocorridas em outros componentes do mesmo sistema familiar. Significando que o funcionamento do sistema depende do funcionamento adequado de todos os seus componentes e também do funcionamento dos sistemas mais amplos, o qual este sistema faz parte, e dos seus subsistemas.

Jones (1999), afirma que:

(...) um sistema pode ser descrito como um grupo de elementos em interação uns com os outros, ao longo do tempo, de tal forma que os seus padrões circulares de interação formam um contexto estável, tanto para o funcionamento mútuo como para o individual (p. 30).

Logo, observa-se que dentro de uma família analisam-se seus aspectos relacionais, porém fazendo uma correlação destes aspectos com uma estrutura circular, onde o comportamento de

um indivíduo é totalmente influenciável pelo do outro, o que demonstra que se um sistema, que possui suas peças ligadas umas às outras, estiver com uma de suas peças danificada todo o sistema ficará prejudicado. Inclusive, Bateson (1978a apud Jones, 1999), relata que “os sistemas humanos são descritos mais adequadamente em termos de informação e comunicação do que em termos de energia” (p. 32).

Sendo assim observa-se que os sintomas vão surgir dentro da unidade familiar e não individualmente em um dos seus componentes. E estes indicam que está ocorrendo mudança em um dos membros familiares, o que representa uma quebra da homeostase, ou seja, do equilíbrio familiar (Papero, 1998). Contudo, percebe-se que em muitas situações o sintoma surge como mantenedor da homeostase, visto que a família se estrutura em torno dele, que quando curado faz com que ocorra a quebra da harmonia familiar.

Por exemplo, na família adotiva quando ocorre à presença do segredo da adoção, verifica-se que este ao ser revelado faz com que ocorra a quebra da homeostase familiar, visto que o segredo, para os pais, era o que mantinha a relação com o filho adotivo equilibrada, com sua revelação ocorre uma desestruturação no sistema familiar.

Selvini (1978 apud Jones, 1999), cita que ao se considerar todo comportamento como comunicação, o terapeuta para eliminar o sintoma familiar interessar-se-ia pelas características da comunicação dos indivíduos e por seus comportamentos que mantém suas regras, visto que desta forma poderia mudar tais comportamentos, pois, acredita-se que a forma de eliminar os sintomas familiares é modificando suas regras.

No intuito de se ter um melhor entendimento a cerca dos princípios fundamentais da terapia sistêmica e familiar, torna-se necessário se falar sobre alguns conceitos, como: circularidade, neutralidade, conotação positiva e rituais.

A circularidade “é referente à forma como o terapeuta conduz a entrevista respondendo ao feedback da família e procurando informações sobre os relacionamentos e a diferença, isto é, diferença entre pessoas, relações, acontecimentos e outros ao longo do tempo” (Jones, 1999, p. 39). Ou seja, na circularidade observa-se que o terapeuta irá caminhar por todos os pontos do sistema familiar, procurando levantar informações e analisar as formas de interação de todos, inclusive de pessoas que não necessariamente está dentro do sistema familiar, mas que também fazem parte dele, pois o influencia, como acontece nas relações do sistema, com amigos, vizinhos e outros.

Selvini, (1980 apud Jones, 1999), afirma que “por neutralidade do terapeuta queremos significar um efeito programático específico que todo o seu comportamento exerce na família durante a sessão” (p. 40). Isto é, durante a psicoterapia o terapeuta necessita tomar cuidado para não acabar dando preferência ou defendendo algum membro da família deixando assim, os outros desamparados. Pois, isto pode gerar conflitos ainda maiores na família, prejudicando o vínculo dela com o terapeuta.

Jones (1999), relata que a conotação positiva da família, “destina-se a dar acesso aos terapeutas à compreensão sistêmica do significado que a não mudança tem para o sistema, num determinado momento” (p. 41). Ou seja, isto significa que em alguns casos o sintoma familiar funciona como mantenedor da homeostase familiar, logo quando ele é retirado a família se desestrutura e é necessário o surgimento de outro sintoma para que a família possa se equilibrar novamente. Por exemplo, uma família perde um filho em um acidente de carro, assim passa a viver em função do sofrimento oriundo da morte do filho, logo o pai decide adotar uma criança para substituir aquele lugar que ficou vazio, porém a mãe não aceita a nova criança e passa a rejeitá-la no intuito de garantir que o sintoma, sofrimento pela perda do filho permaneça.

Já em relação aos rituais observa-se que o grupo de Milão se empenhou em criar elegantes rituais que se destinaria a promover mudança no sistema familiar (Jones, 1999). Logo, por meio dos rituais que são apresentados para a família, torna-se possível adquirir a cura dos sintomas familiares.

No intuito de facilitar a compreensão e conexão do tema adoção com a abordagem sistêmica e familiar a autora da presente monografia optou por falar separadamente sobre os temas: rede social, heranças trigeracionais, relação triangular, segredos na família e mitos familiares dividindo-os em subitens, como segue abaixo.

2.1. A adoção e a rede social

Ao se pensar sobre adoção, torna-se inevitável fazer-se uma reflexão sobre a estruturação da rede social da família adotiva. Visto que, supostamente, várias podem ser as modificações encontradas na estruturação das redes sociais, tanto de quem adota quanto de quem é adotado.

Então, primeiramente, o que seria rede social?

Sluzki (1997), diz que: “rede social pessoal pode ser definida como a soma de todas as relações que um indivíduo percebe como significativas ou define como diferenciadas da massa anônima da sociedade” (p. 42). O que quer dizer que a rede social de um indivíduo é elaborada de acordo com suas relações pessoais, ou seja, ela é constituída pelos seus amigos mais próximos, familiares, colegas do trabalho, da escola, da igreja, das instituições e outros. E vai ser através da formação da rede social que a pessoa vai se reconhecer como indivíduo, vai conseguir assim, elaborar sua auto-imagem.

Trimble e Kliman (1998), dizem que “tanto a família como as redes são formadas por pessoas e pela dinâmica do processo de padronização que com o tempo se estabelece nos relacionamentos que estas mantêm entre si e também com o ambiente onde se inserem” (p. 164). Assim, verifica-se, que, conforme o indivíduo vai interagindo em seu meio ele vai, automaticamente, ampliando sua rede social, tanto em relações mais profundas, que seria a relação com familiares, amigos mais próximos, namorados e outros, quanto em relações mais superficiais, que são aquelas que ocorrem no nosso dia-a-dia, mas que nem sempre damos muita importância, como: o relacionamento com o caixa do banco, com o atendente de uma loja, com o porteiro da escola ou do prédio, etc.

Com o intuito de se facilitar o entendimento de como poderia ocorrer à relação entre esses diferentes grupos de pessoas conhecidas, Sluzki (1997) criou o que ficou conhecido como mapa mínimo. Este funciona num formato de círculo, dividido em quatro quadrantes e três circunferências, sendo que o círculo mais interno, ou primeiro círculo, representa a família do indivíduo e as pessoas de maior contato, o segundo representa as relações de menor compromisso, como: pessoas do trabalho ou escola. E o terceiro círculo representa aquelas relações contingentes, como: familiares distantes e amigos da mesma igreja. Os quadrantes possuem outras representações, como: o primeiro quadrante representa a família do indivíduo, o segundo quadrante representa suas amizades, o terceiro quadrante representa suas relações de trabalho ou estudo e o quarto quadrante representa suas relações comunitárias.

Nota-se que o casal que se disponibiliza para a adoção, geralmente, possui uma rede previamente definida que o apoiará e o ajudará em sua decisão. Contudo a rede social da criança a ser entregue à adoção, é totalmente desestruturada, principalmente as das crianças acima dos dois anos de idade, que já sofrem certa influência social, e que são inseridas nessas famílias sem

uma prévia preparação, o que acaba acarretando sérios danos a ambas pessoas: adotados e adotantes.

Existem, também, casos em que os pais ao optarem pela adoção, passam a sofrer muito devido à longa espera pelo surgimento de uma criança. No intuito de se prevenir isto, foi criado em Brasília-DF um projeto chamado Aconchego, que visa apoiar aqueles que se encontram nesta situação, servindo assim como rede de apoio a esses casais. Observa-se que esta instituição, que criou este projeto, Aconchego, serve como exemplo de rede social, visto que o casal insere em sua rede a instituição, que antes da decisão de adotar não estava inserida, mas que agora está. De acordo com Sluzki (1997), esta ficaria agora localizada no quarto quadrante do mapa mínimo da rede social do casal, visto que se trata de uma instituição.

Outro exemplo, é que quando uma mãe procura a seção de adoção no intuito de entregar seu filho, a equipe psicossocial da Vara da Infância e Juventude é imediatamente intimada para que seja feita uma investigação na rede social desta genitora, no intuito de se pesquisar se existe outra pessoa do seu meio que tenha condições de assumir a guarda da criança. Isto demonstra que a equipe tem que valorizar o quesito rede social da genitora, e até mesmo da criança, antes de entregá-la à adoção. Ou seja, a criança tem que ter sua rede social, mesmo que recém-estruturada, estudada antes de ser apagada, caso seja entregue a outra família, ou inserida em outra rede social. Outrossim, a criança ao ser colocada em uma nova família vai ter sua rede social remodelada de acordo com o novo meio ao qual passará a viver. Contudo, isso não quer dizer que esta criança não possa se adaptar a este novo contexto, pelo contrário. Porém, após ser inserida, esta nova família terá que ter o cuidado de ajudar a criança na construção de sua nova rede social o que pode ser feito por meio de um treinamento de rede, onde Trimble e Kliman (1998), dizem que pessoas podem ser treinadas no intuito de melhorarem suas redes de relacionamento.

Existem casos onde é percebido que a criança, mesmo estando institucionalizada, continua recebendo visitas de pessoas pertencentes a sua rede social biológica. Isso faz com que seja mantido o vínculo da criança com seus familiares, o que pode acarretar em danos ao futuro sucesso da manutenção de uma nova rede social, saudável, com família substituta. Nestes casos não é recomendado o cadastramento da criança para a adoção, visto que como ela continua mantendo laços com sua família biológica, seria um trauma sua inclusão em outra família substituta, ou adotiva. Assim, pois, ela não conseguiria se adaptar na nova rede social, nem na sua de origem, passando assim a viver em eterno conflito consigo mesma.

Em Dolto e Hamad (1998), observa-se que: “adotar uma criança significa, antes de mais nada, torná-la feliz como ela mesma tem vontade de ser. Se a assumimos não é para que ela dê amor, ou suporte o nosso (p. 96)”. Ou seja, a família adotiva vai assumir então a responsabilidade de inserir a criança em seu meio social, dando-lhe assim a oportunidade de ampliação de sua rede social, que é essencial para que ocorra a individuação da criança.

Algumas instituições fazem o amadrinhamento, ou seja, selecionam algumas famílias que vão se tornar padrinhos desta criança, proporcionando maior convívio social ou interação social, visto que nos fins de semana ela vai começar a visitar essas famílias podendo identificar assim aquela que melhor se adapta a ela. Em Dolto e Hamad (1998), observa-se que “quando chegar a vez de uma família em que a criança não tiver vontade de ir, ela ficará doente na véspera ou dirá: Prefiro ficar no berçário” (p. 100). O que demonstra que ela é capaz de avaliar se a rede social das famílias que a convidam para sair é adaptável à sua ou não.

Contudo, percebe-se que para que ocorra o sucesso e real adaptação da família adotiva, faz-se necessário uma boa estruturação da rede social de todos os integrantes dessa nova família que está se constituindo, o que pode ser feito por meio do mapeamento das características da rede, da construção em conjunto da rede e do treinamento dos integrantes.

2.2. A adoção e o triângulo familiar

Ao se pensar sobre relação triangular, percebe-se que dentro do contexto familiar, onde um dos filhos é adotivo, o triângulo tende a surgir de forma a manter a homeostase do sistema. Em tais famílias, geralmente o filho adotado costuma assumir uma posição em um dos vértices do triângulo no intuito de se evitar que a família se desestruture, devido aos sintomas emergidos dos pais, que muitas vezes mantêm relações doentes no circuito familiar. Comumente, os sintomas que os pais alimentam são frutos das frustrações surgidas devido à impossibilidade de terem filhos e de se verem estéreis diante a sociedade na qual vivem. É também devido à insegurança de se observarem um dia perdendo o filho para sua família biológica, o que os levam, muitas vezes, a manter a adoção em segredo, que, por sua vez é mais um fator que faz com que surjam sintomas no sistema familiar.

Segundo Krom (2001), “as triangulações quando presentes se mostram responsáveis por verdadeiros pontos nodais, que indicam conflitos de difícil resolução na família, favorecendo a

disfuncionalidade familiar” (p. 84). O que é percebido em relações onde os membros familiares vivem em sistemas doentes e de difícil comunicação, onde os filhos freqüentemente optam por sair de casa, a terem que conviver em tal situação. Contudo, quando estes saem de casa, os sintomas dos pais tendem a piorar, visto que ao abandonar o lar, o filho quebra a homeostase do sistema que estava sendo mantida pela permanência dele na família.

Imber-Black (1994), afirma que “os triângulos moldados pelos segredos podem tornar-se sobremaneira problemáticos, uma vez que a existência da díade que mantém o segredo torna-se, em si mesma, um segredo” (p. 21). Por exemplo, em uma família, a mãe concordou em manter um segredo com seu marido, prometendo que jamais revelaria ao filho que ele é adotivo e que isto não seria contado para mais ninguém. Tempos depois ela conta a uma prima, que mora com ela, que seu filho é adotado, porém que isto é mantido em segredo e que ela não poderia comentar que ficou sabendo da história nem para o marido nem para o filho da dona da casa. Mais tarde na terapia familiar, os pais solicitam ao terapeuta que não comente sobre a adoção na sessão familiar. Isto demonstra que existe a comunicação na família, porém mantida em segredo, o que gera sentimentos de traição, angústia e deslealdade, apesar de ser o objetivo não-declarado da família: proteger uns aos outros.

“Os triângulos na família, moldados pelos segredos, são contestados no nível de família-terapeuta” (Imber-Black, 1994, p. 21). Esta contestação ocorre no momento em que algum membro da família decide contar determinado segredo ao terapeuta, contudo, o proíbe de revelar isto à família durante a sessão terapêutica.

Bowen (1979 apud Andolfi, 1996), relata que “o triângulo é um modo natural de ser, e a maior parte daquelas que são definidas relações a dois, não passam de um lado tranqüilo, de um triângulo já existente” (p. 31). Mesmo não se observando a existência de uma relação conflituosa dentro do contexto familiar, o triângulo pode estar presente e existe no intuito de manter o equilíbrio do sistema.

Andolfi (1996), cita que:

(...) um dos triângulos mais comuns é aquele formado por dois genitores e um filho. Se existe um conflito não explícito entre os dois genitores, este pode ser desviado ao filho para manter o equilíbrio do sistema, pois um conflito aberto entre pai e mãe desestabilizaria a sua relação (p. 33).

Neste contexto, observa-se claramente que quando este filho é adotado, freqüentemente ele assume uma posição em um dos vértices do triângulo, no intuito de evitar que conflitos surjam. Isto ocorre até mesmo inconscientemente, como é visto em casos de crianças que não sabem que são adotadas, mas que sempre estão por perto dos pais, a fim de que estes possam visualizá-las e confirmar para si mesmos que possuem um filho, apesar de não poderem ter tido um pela via biológica.

Nota-se, que quando uma família está passando por um período de conflito, perturbação e ansiedade muito grande, e, não conseguem formar triangulações dentro do contexto familiar, ela faz esta triangulação com pessoas externas ao seu meio, ou seja, com uma terceira pessoa, que pode ser um vizinho, um parente, um amigo ou outros. Logo, após a formação do triângulo os sintomas citados acima tendem a desaparecer ou ao menos diminuírem (Andolfi, 1996, p. 33).

Na relação triangular nota-se que ela contribui muito para a demora do processo de individuação das pessoas, principalmente aquela percebida na situação triádica que existe entre pai, mãe e filho. Quando os pais tendem a manter a relação triangular, inserindo o filho em um dos vértices do triângulo, este, tende a ser o responsável pela manutenção do sintoma familiar, o que impede que ele tenha sua individuação, ou diferenciação dos pais, se tornando livre para tomar suas próprias decisões em sua vida, (Andolfi & Angelo, 1988).

2.3. A adoção e os trigeracionais

A abordagem sistêmica e familiar traz algumas contribuições muito coerentes para o estudo da dinâmica da adoção, considerando seus aspectos trigeracionais. Por meio da análise das gerações familiares e da repetição dos sintomas nas diferentes gerações, as famílias adotivas passam a visualizar com maior nitidez aspectos que podem ter influenciado, mesmo que inconscientemente, pela escolha da adoção.

Segundo Krom (2001) relata que “os conflitos na família podem responder pela ampliação do estresse, acumulado através das gerações, tanto no sentido horizontal (da família atual) como no vertical (da herança multigeracional e cultural)” (p. 85). Percebe-se que quando a família apresenta sintomas relacionados à adoção, devido à presença de segredos ou sentimentos de preconceitos herdados por familiares, ela tende a passar isto para seus descendentes futuros,

transmitindo junto com este mito, a idéia doente a respeito da adoção, o que gera automaticamente grande ansiedade nos descendentes, devido ao grande medo de serem inférteis e a possibilidade de não terem filhos e terem que passar por todo o sofrimento transmitido por suas gerações.

Outro fator a ser observado é a questão das alianças que geralmente são feitas nas gerações. Imber-Black (1994), cita que “as lealdades familiares entre as gerações, freqüentemente são moldadas pelos segredos. Tais lealdades podem parecer um comportamento de outra forma inexplicável, que se repete entre as gerações” (p. 21). Por exemplo, em determinada idade certa família decide adotar uma criança, porém opta por manter esta adoção em segredo. Mais tarde, em uma idade aproximada à dos pais, tal filho adotivo decide também adotar uma criança, optando da mesma forma, manter a adoção em segredo. A autora citada acima afirma que “esta repetição pode ser vista e classificada como uma tentativa mal-orientada para revelar finalmente o segredo da família”.

Quando um casal perde um filho e descobre que em sua família já aconteceu isso em gerações passadas. Isto acaba resultando no desejo dos pais de preencherem este vazio, procurando colocar outra criança no lugar. Contudo, quando esta criança chega, passa a ocupar o lugar que foi de outra pessoa, assim, ocorre uma troca de papéis que resulta em negação e sofrimento nesta nova criança, que entra na família pela via biológica ou adotiva, porém não consegue se diferenciar daquela que um dia ocupou este lugar em que ela se encontra hoje (Andolfi, 1998). Isto pode ocasionar muito sofrimento neste sistema familiar, que se inicia de forma patológica, onde a criança se sente responsável por manter a homeostase familiar, devido à cobrança e expectativa que os pais cobram dela, mesmo que inconscientemente.

2.4. A adoção e o segredo na família

Ao se falar sobre segredos familiares percebe-se que em várias situações surgirão citações de assuntos, como: não dito, negação, falta de comunicação, isolamento e outros. Estes são temas, muito presente no contexto familiar quando ocorre a manutenção de segredos no sistema. Assim, como a explanação principal, no contexto do presente trabalho é a ligação do tema com a adoção, nota-se que esta possui grande propensão em possibilitar o surgimento da manutenção do

segredo no sistema familiar. Ou seja, o segredo está muito presente na estrutura das famílias adotivas, o que pode gerar sofrimento naqueles que são adotados.

Imber-Black (1994), cita que “os segredos são fenômenos sistêmicos. Eles estão ligados ao relacionamento, moldam as díades, formam triângulos, alianças encobertas, divisões, rompimentos, definem limites de quem está dentro e de quem está fora e calibram a intimidade e os distanciamentos nos relacionamentos” (p. 21). O que comprova que o segredo é capaz de gerar sintomas no sistema, ocasionando a quebra da homeostase familiar.

Garcia (2004), relata que “o segredo guardado entre familiares mais velhos reaparece no real do grupo, atingindo assim os mais jovens” (p. 29). O que significa que os sintomas advindos dos segredos surgem no sistema familiar como resultado do não-dito e das concepções que o sujeito elabora sobre acontecimentos que estão relacionados a ele, na infância ou até mesmo antes do nascimento. Na adoção, isto é muito comum, pois, muitos pais adotam e não contam a verdade a criança, que não sabe sobre sua origem na família, porém sente durante toda a vida que existe algo de errado com ela, assim fica cogitando respostas para esta sensação de não pertencimento ao grupo familiar, se esforçando ao máximo para atingir todas as expectativas esperadas dos pais por ela.

Logo, como surge a necessidade da manutenção do segredo da adoção no sistema familiar? Segundo Hartman (1994), esta necessidade irá surgir, principalmente devido os pais necessitarem negar o fato de serem inférteis e incapazes de gerar filhos. Além, inclusive, devido ao medo do passado da criança retornar e eles a perderem para os seus pais biológicos. Os pais adotivos alegam que se seus filhos descobrirem a verdade e terem acesso à sua família biológica, esta poderá retornar e perturbar seu convívio social com o filho adotivo. Os pais adotivos não percebem que contando a verdade eles se aproximarão ainda mais de seus filhos e os sentimentos de segurança e confiança ficarão cada vez mais forte entre eles.

Porém, existem autores como Neuburger (1999), que diz que, geralmente, após ser contado à criança que ela é adotiva, o trauma pode surgir não devido ao fato de se fazer à revelação da adoção e sim devido às falhas que podem ocorrer durante a comunicação, visto que o adotado pode passar a sentir-se não pertencente ao grupo, pois, pode começar a suspeitar que não existe vínculo entre ele e a família, isto se torna mais aparente quando existe um filho biológico no sistema familiar, devido às disputas afetivas que começam a surgir, com o adotado sempre se sentindo inferiorizado por não ser filho legítimo daquela família. O adotado passa a

achar que é rejeitado, pois, suspeita que o vínculo na família só pode ser construído por meio dos laços biológicos. Por isso a família tem que tomar muito cuidado no momento de falar sobre este segredo para o filho adotivo, pois, o que deve ficar bem estruturado é o vínculo, ou seja, o sentimento de pertencente ao grupo familiar, e não somente a informação de que a criança é um filho adotivo.

De acordo com Krom (2001):

(...) os segredos sendo mantidos promovem a manutenção e o acúmulo do estresse familiar, dificultando os relacionamentos e a afetividade entre os membros da família. Alguns se afastam para tentar a sobrevivência longe da família (p. 85).

Isto ocorre devido aos sentimentos que o adotado passa a vivenciar após a revelação do segredo, como: falta de confiança nos membros familiares, insegurança, sensação de ter sido traído, sentimento de vazio, revolta, sensação de angústia e sentimento de não ser pertencente ao grupo familiar.

Apesar de não serem frequentemente citados, os pais biológicos também sofrem muito, devido ao fato de terem abandonado seu filho, principalmente, a mãe biológica. Hartman (1994), afirma que “a mãe biológica não apenas lida com a perda, mas as questões relativas ao segredo e à separação, tornam sua situação ainda mais difícil” (p. 101). Visto que ela, também, necessita manter o segredo de que um dia teve que entregar sua criança à adoção. Logo, passa a viver a intensa angústia e medo de um dia ser descoberta pelo meio social em que vive, tendo, ao mesmo tempo, que vivenciar sozinha o eterno sentimento de culpa de não saber como seu filho pode estar.

Bowen (1978 apud Hartman, 1994), relata que “quanto mais completo o corte nos vínculos, mais intenso é o envolvimento com a figura ausente” (p. 103). Isto significa que na adoção é muito provável que quanto mais os pais adotivos tentam afastar a imagem ou lembrança dos pais biológicos, mais suas figuras se tornam presentes e fortes na vida do adotado. Por isso, o essencial é que haja uma comunicação saudável entre o adotado e o adotante, tendo em vista que quando a comunicação não é patológica, a convivência entre os membros familiares se torna mais fácil e melhor sucedida.

Em Dolto e Hamad (1998), verifica-se que frente ao abandono do filho, a mãe deveria ser apoiada perante sua decisão. Assim ocorreria um encontro entre a mãe e os futuros pais adotivos da criança e esta teria a oportunidade de se despedir e apresentar o bebê a seus novos pais. Isso a faria feliz e mais aliviada e a criança estaria consciente que um dia foi confiada a seus pais adotivos porque sua mãe não tinha condições de criá-lo. Dolto diz que “este fato deixa de ser, então, um segredo para a criança e passa a ser um segredo compartilhado, com os pais, pois a mãe a pôs a par de sua história desde o início” (Dolto & Hamad, 1998, p. 85). Assim, não existiria o segredo e a família adotiva teria mais chance de ser estruturada de uma forma mais saudável.

Por tudo isso, é de fundamental importância que todos os dados relativos a vida anterior à adoção da criança sejam guardados, no intuito de que um dia poderão ser revelados, uma vez que a verdade humana sobre a origem do adotado lhe pertence e não é direito de ninguém tentar apagar a história do outro (Dolto & Hamad, 1998).

Quando o segredo é guardado na família, o adotado sofre o risco de passar por experiências que no futuro poderão ser muito sérias, pois, frequentemente ele vivencia situações que podem trazer a verdade à tona, o que pode resultar em grande dano ao seu aparelho psíquico. O que é confirmado por Hamad, ao dizer que: “A terapia dos filhos nos ensina que, consciente ou inconscientemente, eles sabem tudo de sua história, e que apenas o não dito, o mutismo dos terapeutas e dos pais, não os autoriza a tomar consciência dela” (Dolto & Hamad, 1998, p. 88).

Alguns pais adotivos optam por manter a adoção em segredo por acreditarem que serão vítimas de preconceitos caso as pessoas de seu convívio social saibam da verdade. Em Berthoud (1997), “observa-se com certa facilidade que nossa sociedade é altamente discriminatória em relação aos pais e filhos adotivos, o que explicaria, em parte, o grande desejo manifestado por muito desses pais, de negar ou esconder o status de adotivo” (p. 115).

Inclusive, esta mesma autora afirma que “a alegação mais freqüente desses pais foi a de que não queriam que a criança fosse discriminada socialmente, caso as pessoas de seu convívio social soubessem que era adotiva” (p.116).

Observa-se que os motivos apontados como preconceituosos, aparentemente, se relaciona à falta de conhecimento da população sobre a adoção de maneira geral, à crença de que os pais adotivos e as crianças adotadas fogem à regra estabelecida pela sociedade como normal, a valorização da hereditariedade, a alta taxa de adoção ilegal e outros.

No entanto, mesmo sabendo-se sobre todos estes motivos alegados pelos pais como justificativa para não se revelar a verdade sobre a adoção para os filhos, Dolto afirma que “é preciso que tudo seja dito, que se aceite o risco de ouvir uma criança declarar: Eu queria encontrar minha mãe de nascimento” (Dolto & Hamad, 1998, p. 99). Os pais adotivos por medo de perder a criança, não permitem que ocorra a comunicação, ou seja, o diálogo na família, o que pode acarretar em sérios danos ao sistema familiar.

Cottle (1993), relata que:

(...) quando uma criança é obrigada a manter em segredo alguma parcela de uma experiência, está sendo automaticamente obrigada, num nível consciente, não só a conferir sentido à experiência do modo como esta existe exteriormente, mas também a conferir sentido à reação interior ao segredo (p. 337).

Significando assim que quando a criança se sente obrigada a manter segredo sobre algo, tende a se indagar sobre sua existência tanto externa, como interna. Isso pode ser observado, quando o adotivo descobre por terceiros que é adotado, porém não conta para os pais que já sabe a verdade, passando assim a sofrer devido ter que passar a viver uma mentira perante a família, esperando um momento onde possa conversar sobre o assunto. Aqui, observa-se mais uma vez a questão da comunicação, que fica totalmente afetada quando não trabalhada de forma adequada no sistema familiar.

Pensando-se sobre as conseqüências advindas dos segredos para as crianças, percebe-se que eles possuem forte ligação com a mentira. Cottle (1993) afirma que:

(...) a mentira ou literalmente a incapacidade de contar a verdade a alguém, não apenas afeta a percepção do mundo, que passa a ser visto como algo corrupto ou falso, mas atinge também a idéia geral que as crianças fazem de si próprias (p. 338).

Logo, observa-se que a criança fica confusa ao se ver, tendo que manter segredos dentro do sistema familiar.

Outra questão que deve ser trabalhada ao se falar sobre os segredos, são os significados que estes podem ter para aqueles que os mantêm. Por exemplo, Imber-Black (1994), afirma que “a adoção costumava carregar consigo estigma e vergonha, devido tanto à assim chamada ilegitimidade da pessoa adotada quanto à provável infertilidade do casal que adotava” (p. 23). Ou seja, o que poderia estar mantendo o segredo da adoção, neste contexto, seria o significado de ilegítimo que o adotado carrega, denunciando aos pais que a qualquer momento o mundo inteiro poderia descobrir que eles são incapazes de gerar filhos.

Weber (1999), cita que a maior parte dos pais adotivos se mostram desinteressados em conversar com seus filhos sobre a adoção. Contudo, os filhos adotivos têm demonstrado que sentem vontade e acham importante conversar com seus pais sobre suas origens de forma que com isso eles teriam maior oportunidade de conhecer suas reais histórias e realizar a construção de suas identidades.

2.5. A adoção e o mito familiar

De acordo com Krom (2001), “o mito constitui em sua essência a concepção de mundo, própria da família, onde se cria a realidade familiar e o mapa de mundo individual” (p. 76). Ou seja, nota-se que a criança adotiva ao se inserir no contexto familiar passa a definir seu mundo de acordo com as influências míticas que começa a sofrer nesta nova situação social, o que interfere automaticamente em sua elaboração de sua realidade individual e familiar.

Seguindo este raciocínio percebe-se que a relação mítica, dentro do contexto familiar, vai funcionar como um circuito, onde os mitos culturais da família irão influenciar a constituição dos mitos familiares, que por sua vez irá influenciar a constituição dos mitos individuais. Isso vai se repetindo dentro dos ciclos familiares e vai sendo passado para as gerações futuras, causando assim a manutenção dos mitos.

Em Neuburger (1999), encontramos o conceito do que ele classifica como enxerto mítico, que é “a criação do vínculo, não somente com pais, mas do filho com seu grupo” (p. 74). Logo, verifica-se que dentro do ciclo familiar, neste caso o adotivo, o que deve acontecer é a conscientização de que não há, na verdade, a necessidade de criação de um vínculo de filiação particular entre os pais e a criança a ser adotada, e sim um modo de entrada diferente no grupo familiar, o que significa que o adotado necessita sentir-se aceito ou pertencente ao grupo.

Nota-se que de acordo com este autor, para que ocorra o sucesso da adoção, faz-se necessário que antes de tudo o indivíduo consiga se inserir no grupo e isso é conhecido como mito grupal. “A entrada em todo grupo é acompanhada de um ritual, uma forma de pagar com algo de si para obter reconhecimento” (p. 75). É interessante ressaltar que isso ocorre no imaginário das pessoas, sendo assim, observa-se que o bom convívio em grupo surge independente da filiação biológica, pois, o que tem relevância neste contexto é o reconhecimento grupal.

Ao pensar-se sobre esta questão grupal, Neuburger (1999), propõe uma reflexão sobre alguns fatos históricos, como: na época de Roma, percebe-se que existia no grupo familiar o sistema patriarcal, onde o *pater familias* possuía o poder sobre o grupo, ou seja, era um chefe familiar, porém com poder amplo. Contudo, era este pai que decidia quem iria pertencer ao seu grupo familiar. Logo, se uma criança nascesse com determinadas características que ele não aprovava era destituída do grupo, e se quando ele conhecia alguém que lhe causasse algum interesse, ele convidava esta pessoa para o grupo, seria a adoção. Todavia, percebe-se que neste contexto o que era relevante para determinar se certa pessoa iria pertencer ao grupo ou não, era o vínculo que ela conseguia manter com o *pater familias*.

Este mesmo relato pode ser observado no tempo da escravidão no Brasil, por exemplo, em Freyre (1992) relata-se que também existia o sistema patriarcal no Brasil onde o Senhor de Engenho mantinha poder total sobre a família, que era constituída tanto pelos laços biológicos, quanto pelos escravos e empregados que viviam na fazenda. Assim, quando um escravo era liberto, mesmo que inconscientemente, era proposta para ele a permanência no grupo. Obviamente isto acontecia de acordo com a vontade do Senhor de Engenho e de acordo com o vínculo que era estabelecido entre ele e as pessoas do seu grupo familiar.

Todavia, o que diferencia o filho adotivo, do filho biológico é a forma que eles entram no grupo familiar. Em ambos os casos a família só é bem estruturada se houver vínculos concretizados entre os membros familiares. A urgência necessária no grupo, é se construir o vínculo familiar e não falar imediatamente à criança que ela entrou na família por meio da adoção. Depois que ela entende que existe vínculo, entre ela e sua família, e se sente pertencente ao grupo, a aceitação da forma que ela entrou na família é mais fácil e mais rapidamente elaborada. Logo, percebe-se que esta preocupação de se contar o mais rápido possível para a

criança que ela é adotada, se constitui em mito. Assim urge concretizar a vinculação entre os membros da família e a criança adotiva (Neuburger, 1999).

Krom (2001), para facilitar o trabalho com os mitos, diferenciou-os em: Mito Espinha Dorsal que seria o mito mais importante dentro do sistema familiar, e compreende “a estrutura e o maior número de pautas de ação da família”. E os Mitos Auxiliares que são “os que se encaixam no Mito Espinha Dorsal determinando pautas de ações auxiliares” (p. 78).

Segundo esta autora, pode-se entender a estrutura familiar por meio dos mitos que são mantidos pela família. Por exemplo, quando uma família está em conflito e alguns sintomas começam a ser evidenciados, a família, automaticamente, começa a se re-organizar em volta deste sintoma e para que ocorra esta re-organização e a manutenção da homeostase familiar, necessita-se que ocorra, também, uma movimentação mítica no sistema.

Paccola (1994), relata que “o mito contém regras de relação e das rotinas da vida existentes em todas as famílias e pode cumprir uma função defensiva, por promover a homeostase e a estabilidade da relação familiar” (p. 26). Logo, verifica-se mais uma vez que os mitos são de grande valia quando utilizados no intuito de se adquirir o equilíbrio do sistema familiar.

É interessante observar que existe uma ligação muito grande na estrutura conceitual do tema, Mitos Familiares, com outros conceitos, como: segredos na família, repetições de sintomas nas gerações, questão do não-dito e das relações triangulares.

Krom (2001), afirma que “o encontro com o Mito Familiar pode ser utilizado como momento de reflexão para todos nós, pois representa, no aspecto intergeracional, a nossa história respondendo por si mesma” (p. 87). Ou seja, o trabalho com os mitos auxilia o indivíduo a encontrar seu lugar de pertencimento dentro do ciclo familiar. É como se a pessoa passasse a enxergar seus problemas mais amplamente, conseguindo assim encontrar opções de caminhos seguros e confiáveis para a resolução de tais problemas, por isso este tema é muito importante no intuito de se auxiliar o adotado a identificar o seu lugar de pertencimento na estrutura familiar.

Paccola (1994), cita que o mito familiar possui um aspecto trigeracional, pois, se transmite de uma geração para outra, favorecendo a modelação de regras e costumes familiares. Contudo, para que ocorra esta modelação, faz-se necessário o surgimento dos ritos, que são os responsáveis em transmitir aos integrantes da família, os valores, atitudes e certos padrões comportamentais, específicos de cada família.

Por fim, para Krom (2001), “a história não se perde nos mitos, está nos mitos, assim como os mitos são reencontrados nas histórias. Representam o potencial criador das sociedades e dos relacionamentos, assim como também são, em si mesmos, a sabedoria adquirida através dos tempos” (p. 88).

CAPÍTULO 03

CONTRIBUIÇÕES DA ABORDAGEM SISTÊMICA E FAMILIAR PARA O TRATAMENTO PSICOTERAPÊUTICO DA ADOÇÃO

Analisando-se o processo da adoção e fazendo-se uma correlação entre tal processo com a terapia sistêmica e familiar, nota-se que esta última, durante o processo de adaptação e até mesmo psicoterapêutico de famílias adotivas, é de grande valia no intuito de auxiliar e apoiar a estruturação dessas famílias. Para isto, a terapia sistêmica e familiar trabalha com diversas técnicas e literaturas, que são muito importantes para o sucesso da adoção, como: estruturação da rede social da família adotiva; identificação das relações triangulares dentro do sistema familiar; análise das heranças trigeracionais e repetição dos sintomas nas gerações; análise dos segredos familiares e sua influência sobre a família e análise dos mitos familiares.

A terapia sistêmica e familiar, também, traz algumas dicas sobre como o terapeuta deve se posicionar perante a família no intuito de melhor validar o processo psicoterapêutico. Jones (1999), propõe que “ao se observar às interações das famílias, os terapeutas tentam distinguir os padrões repetitivos que não podem ser descritos como meras respostas pragmáticas às interações comuns, mas são caracterizados pelo hábito ou redundância” (p. 33). Pode significar que ao se analisar uma família o terapeuta irá se empenhar em observar os comportamentos que se repetem nela, no intuito de analisar como o sistema está funcionando e o que está o mantendo. Assim, após o início da psicoterapia o terapeuta terá como demonstrar para a família sua própria estrutura, no intuito de trabalhar com os papéis de cada integrante familiar, fazendo com que estes possam se perceber dentro do sistema no qual vivem.

Papero (1998), afirma que “o objetivo mais básico da psicoterapia familiar é a ênfase na diferenciação do ego individual ou sistêmico” (p. 94). Ou seja, na psicoterapia familiar o terapeuta irá auxiliar os membros de uma determinada família a se diferenciar uns dos outros de forma que cada um possa vivenciar seu processo de individuação, conseguindo assim eliminar os sintomas que possam vir a surgir no sistema familiar. É essencial que este processo ocorra também nas famílias adotivas, uma vez que o filho adotivo necessita fazer a diferenciação dos pais tão quanto o filho biológico. Todavia, muitos pais adotivos no intuito de proteger seu filho perante momentos de preconceito, por exemplo, não permite que ocorra tal diferenciação e

individuação da criança perante seu ciclo familiar, acarretando em futuros danos ao sistema familiar.

Segundo Jones (1999), o terapeuta tenta ao máximo selecionar e organizar as interações familiares observadas a fim de pontuar em seguida tais interações diretamente com a família, iniciando-se, assim, o processo psicoterapêutico.

Na família adotiva, nota-se que este trabalho pode ser feito com muita segurança, mesmo que existam aspectos a serem levados em conta, como: os mitos familiares, os segredos, os estigmas criados pela família em torno da adoção e outros, ela será trabalhada da mesma forma que uma família qualquer.

Observa-se que, geralmente, a ansiedade é um dos fatores mais presente e responsável pelo desequilíbrio familiar, ela pode ser uma das mantenedoras da fixação da família em certos problemas, o que se torna ainda mais complicado quando o terapeuta de família é ansioso (Papero, 1998).

De acordo com o método de trabalho do Grupo de Milão (Bateson, 1978a apud Jones, 1999) a sessão psicoterapêutica costuma ser dividida em cinco partes, ou seja: pré-sessão, onde poderá ser discutido a sessão anterior ou o motivo do encaminhamento do cliente para a terapia; entrevista entre terapeuta e cliente; supervisão durante a sessão com a equipe de trabalho; parte final da sessão (neste momento podem ser passadas tarefas para a família desenvolver entre os intervalos das sessões); e discussão entre o terapeuta e a equipe após o término da sessão para avaliação e análise do trabalho terapêutico.

Barker (2000), relata que o terapeuta para agilizar seu trabalho com as famílias, deve saber fazer uma avaliação da normalidade de tais famílias, o que depende da formação terapêutica do profissional.

Assim, Fleck (1980 apud Barker, 2000) aconselha que para a avaliação de normalidade devem-se considerar cinco aspectos, como:

- Liderança: que seria a resultante dos métodos de disciplina e personalidade do indivíduo em relação aos seus pais;
- Fronteiras na família: que se configura na fronteira existente entre os indivíduos e os componentes de sua rede social;
- Afetividade: aqui encontramos características importantes dos integrantes da família, como: a privacidade interpessoal de cada integrante familiar, a reação dos integrantes

perante os sentimentos demonstrados pelos outros e o fator emocional da família como um todo;

- Comunicação: onde é analisada a capacidade de resposta apresentada por cada membro da família, observação dos comportamentos verbais e não verbais, clareza na comunicação e averiguação de presença de metáforas;
- Desempenho de tarefas e objetivos: que seria a observação do cuidado prestado pelos integrantes familiares uns pelos outros, análise do empenho demonstrado nos momentos de lazer e verificação da forma como a família procura lidar com os momentos de crise e conseqüentemente com os momentos de adaptação após a crise.

O mesmo autor afirma que o psicoterapeuta deverá tomar cuidado, ao trabalhar com famílias, devendo observar aspectos, como: questões étnicas, culturais e religiosas, visto que estes aspectos podem variar muito nas diferentes famílias, o que pode induzir o psicoterapeuta a fazer um diagnóstico inadequado, principalmente, quando se deixa influenciar por seus próprios valores e princípios étnicos, culturais e religiosos.

Logo, sabe-se que não existe um funcionamento familiar totalmente isento de problemas, o que existe é a intenção psicoterapêutica de auxiliar as famílias a satisfazer ao máximo possível todas as suas necessidades. Barker (2000), relata que “uma família deveria preencher as necessidades emocionais e psicológicas de todos os seus elementos, bem como preparar os filhos para uma existência autônoma no vasto mundo para onde, em devido tempo, os lançará” (p. 34). Ou seja, na família adotiva por mais que os pais queiram manter o filho em um ambiente super protetor eles têm que entender que o melhor a ser feito é educar o filho de forma que ele consiga andar com suas próprias pernas. Vários serão os momentos em que ele terá que lidar com a questão da adoção em sua vida e não estando preparado, os problemas que poderão surgir, provavelmente, serão muito maiores.

3.1. A rede social como forma de tratamento da adoção

A terapia sistêmica e familiar permite o trabalho com as redes sociais de famílias. Pakman (1999 apud Oliveira, 2001) afirma que “o desenho terapêutico envolve trabalhar com materiais que incluem não só os simbólicos que fazem o conteúdo do diálogo terapêutico, mas também estruturas políticas e sociais que fornecem o conteúdo para que tal diálogo aconteça”

(p.198-199). Ou seja, o trabalho com as redes permite que a família visualize aquilo que muitas vezes pode estar esquecido dentro do ciclo familiar. Permite também que a família organize sua rede, de forma que possa ter uma visão mais clara dos integrantes que a constitui. Esse processo é feito juntamente com o terapeuta e os integrantes principais da família, o que traz grande valor para o andamento do processo psicoterapêutico.

Observa-se que durante o trabalho com as redes sociais, deve-se ter uma atenção redobrada para o momento da intervenção na rede. Será por meio de uma intervenção adequada que será possível se adquirir bons resultados como: mudanças efetivas nos sintomas familiares (Oliveira, 2001).

Pakman (1999 apud Oliveira, 2001) nos traz o modelo de intervenção de segunda ordem utilizado nas redes sociais. Assim ele afirma que o terapeuta deve:

- Conhecer todos os integrantes da família, desde os membros familiares até as pessoas que convivem com ela, evitando rótulos ao denominá-las por números ou letras;
- Deve-se ter um diálogo aberto com a família, evitando falar indiretamente de determinadas pessoas;
- Promover intervenções considerando cada integrante no ciclo familiar e o meio que eles convivem, evitando assim generalizar a intervenção levando-se em conta apenas um membro da família;
- Procurar respaldar as intervenções teoricamente;
- Avaliar os profissionais envolvidos nas intervenções, visto que após o tratamento os profissionais tendem a ficar empobrecidos diante da família;
- Procurar trabalhar a demanda familiar dentro do sistema, evitando interferências individuais durante o processo psicoterapêutico;
- Assumir uma posição antropológica visando enxergar a família em seu contexto cultural;
- Seguir o contexto teórico de sua abordagem, procurando incentivar a criatividade como método que produza mudança.

Segundo Oliveira (2001) “o espírito de colaboração, a paciência e a tolerância para com os limites se constituíram na grande contribuição da família para a equipe” (p.202). Implica que durante o processo psicoterapêutico faz-se necessário o empenho da família no intuito de se produzir mudança no contexto familiar e não apenas o interesse e empenho da equipe terapêutica.

A composição da equipe terapêutica de intervenção de rede é feita da seguinte forma: um chefe de equipe, um interventor, um especialista em técnicas de grupo e dois ou três membros chamados consultores (Elkaïm, 1998).

O mesmo autor afirma que as sessões de intervenções na rede, geralmente, exigem de uma a seis sessões, que duram de três a quatro horas e são realizadas quinzenalmente. Relata ainda que durante o processo psicoterapêutico os objetivos são alcançados por meio das terapias multifamiliares e de redes sociais, que ajudam os participantes a enxergar que seus problemas específicos não são independentes dos problemas familiares oriundos do seu sistema familiar.

3.2. Trabalhando com a relação triangular como forma de tratamento da adoção

Segundo Andolfi (1996):

(...) o dever do terapeuta no encontro terapêutico é o de descrever e evidenciar os nexos e as ligações entre o sistema e o contexto particular que se apresenta, e os diferentes contextos de significado que tiveram valor com o tempo, participando na construção, manutenção e evolução do próprio sintoma (p. 32-33).

Assim, durante a sessão, o terapeuta tem que tomar o cuidado de ligar os dados, de qualquer origem, trazidos pelo cliente, no intuito de fazer uma analogia, visualizando estes dados em uma relação triangular e verificando seus conflitos e semelhanças por meio da união dos vértices do triângulo.

Isto será feito por meio de coleta de informações significativas e perguntas dirigidas, que serão trabalhadas com os integrantes do triângulo, com a finalidade de fazer com que os participantes da terapia possam pensar e refletir sobre os conflitos que estejam vivendo.

Dentro de uma família onde é observada a presença de mais de três integrantes, nota-se que as triangulações podem ocorrer de forma diferenciada, por exemplo: em uma família onde existe o pai, a mãe, o filho e uma avó, a triangulação ora é feita entre o filho e os pais, ora é feita entre a avó e os pais, ora é feita entre a mãe, a avó e o filho e assim por diante. Este fenômeno é denominado de estrutura tetrádica. Andolfi (1996) afirma que durante o processo

psicoterapêutico, por meio da estrutura tetrádica, o terapeuta tem a oportunidade de fazer várias reflexões junto com a família, já que esta estrutura proporciona a exploração de vários temas, que podem ser esquecidos em determinados momentos pelo casal, porém podem ser trabalhados durante a psicoterapia.

Outro fator lembrado por este autor é que para que o terapeuta possa visualizar o processo que ocorre na terapia sistêmica familiar, observando-se os triângulos familiares, ele necessita afastar-se do sistema, ou da relação e deve passar a observá-lo de longe evitando assim que ocorram interferências emotivas durante o processo psicoterápico.

Haley e Hoffman, (1974 apud Andolfi, 1996), relatam que “para compreender o indivíduo é preciso compreender o contexto onde ele vive” (p. 37). Ou seja, sendo um terapeuta sistêmico e familiar faz-se necessário enxergar a família como um todo e não perceber seus membros individualmente. E no atendimento individual necessita-se que o terapeuta perceba seu cliente em sua totalidade considerando sua relação com seus familiares e levantando informações sobre suas triangulações internas ao sistema no qual vive e externas a ele.

Sabendo-se que os triângulos podem ter seus vértices ligados, com representantes familiares pertencentes a mais de uma geração, no processo psicoterapêutico pode-se utilizar a técnica genograma, no intuito de facilitar a visualização dos triângulos familiares, pelos clientes, durante a terapia (Andolfi, 1996).

Andolfi e Angelo (1988), dizem que na psicoterapia o terapeuta irá assumir uma posição de observador no triângulo, que será constituído, por exemplo, por ele, pelo marido e pela esposa, sendo que ele irá mediar as demandas relatadas por este casal, e depois irá mudar as posições das pessoas nos vértices do triângulo de forma que cada um possa visualizar a relação do outro no triângulo, em seguida falando o que perceberam da relação. Os mesmos autores citados acima informam ainda que:

(...) o terapeuta, porém, ao atuar, encontra-se numa posição de maior liberdade em relação aos outros, porque, provindo de uma estória familiar diferente, carrega um registro diverso de necessidade; isto é, não deve apoiar ou proteger necessariamente este ou aquele membro da família, nem salvar a todo o custo algumas relações a fim de manter a própria identidade. Mesmo quando a estória do terapeuta é muito

semelhante à dos pacientes, supõe-se que ele já conheça saídas diferentes, pelo menos para si mesmo (p. 41-42).

Assim, o triângulo funciona como ferramenta fundamental para que o terapeuta tenha uma visão mais ampla do sistema no qual esteja trabalhando.

3.3. A influência dos trigeracionais no tratamento da adoção

Andolfi (1998), afirma que:

(...) a abordagem trigeracional representa uma mudança de óptica e uma nova orientação no domínio da terapia sistêmica, que leva em conta a dimensão histórico-evolutiva do sistema do qual o terapeuta se encontra em interação, tanto quanto no que concerne ao indivíduo portador do sintoma como aos outros membros da família (p. 127).

Ou seja, verifica-se que o terapeuta familiar passa a considerar os fatos ocorridos não só com o cliente individualmente, mas com tudo que está relacionado à sua família e às suas gerações familiares.

No processo da adoção, torna-se interessante verificar, se nas gerações passadas dos pais adotivos, tiveram outros familiares que adotaram crianças, se pode verificar como ocorreu a adoção e quais as motivações que levaram as famílias passadas a adotarem. Isto no trabalho terapêutico pode ocasionar alívio nos pais, que muitas vezes se sentem excluídos da família, pelo fato de não poderem ter tido filhos biológicos.

Sabendo-se que ocorre na relação trigeracional a repetição dos fenômenos nas gerações familiares, verifica-se que segundo Framo (1988 apud Andolfi, 1998):

(...) a utilização da família de origem como recurso terapêutico em terapia familiar, de casal e individual representa o resultado lógico e a aplicação clínica da forma conceitual, segundo a qual as forças

transgeracionais recônditas exercem uma influência crítica sobre as relações íntimas atuais (p. 129).

As pessoas durante anos sofrem por não terem tido coragem ou oportunidade de contar a seus pais, irmãos, parentes, amigos e outros, algo que as sufocam e as deixam frustradas, ficando assim angustiadas e sufocadas por não terem colocado essas experiências negativas para fora. E isto se transforma em sintoma e é passado para o filho, que por sua vez passa também para seus sucessores, se tornando uma experiência não apenas pessoal ou individual, mas também trigeracional (Andolfi, 1998).

Logo, em sessão terapêutica com a confrontação das diversas gerações identifica-se que a maioria das famílias carrega em si um peso advindo de conflitos mal resolvidos de gerações passadas. Assim, conforme o autor citado acima, a abordagem trigeracional propicia um diagnóstico de forma a auxiliar a família na identificação da origem do seu sintoma, dando-lhe opções de esclarecimento, diminuindo assim o sofrimento que muitas vezes possui causa inconsciente no sistema familiar.

3.4. O segredo familiar e suas contribuições para o tratamento da adoção

Conforme explicitado por Karpel (1980 apud Hartman, 1994), “a teoria sistêmica informa nosso pensamento sobre o efeito devastador que a presença de segredos no âmago da família tem sobre a confiança, a comunicação familiar e sobre o nível de ansiedade de seus membros” (p. 103). Sabendo-se disso torna-se de grande valia o trabalho terapêutico no intuito de ajudar a família a lidar com esta questão, preparando-a e auxiliando-a no momento de tomar a decisão de contar a verdade para o filho adotivo.

É interessante citar, que, geralmente os filhos adotivos quando sentem necessidade de explorar maiores informações sobre sua família biológica, sentem-se desleais aos pais adotivos, isto gera sofrimento que se torna ainda maior quando os adotados não conseguem receber real permissão dos seus pais para explorarem suas vidas biológicas, (Hartman, 1994). Este relato tem que ficar claro para os pais adotivos, e a terapia familiar ou individual são muito importantes no momento em que está sendo trabalhado isto com a família.

Hartman (1994), esclarece que para se trabalhar com os segredos familiares na adoção, podem-se utilizar algumas teorias, como: a teoria narrativa e de construtivismo social, a teoria e prática da família de origem de Bowen e a teoria sistêmica e familiar.

Na teoria narrativa e de construtivismo social, por meio da narração pode-se trabalhar com o adotado questões, como: segredo familiar, sintomas trigeracionais, problemas de comunicação e as relações familiares em suas redes sociais. Por meio da narração o adotado vai construindo sua história de vida, junto com sua família, analisando o início, o meio e o futuro das suas relações familiares. Como processo terapêutico, esta técnica pode ter grande sucesso, tendo em vista que toda família teria como definir, juntamente, seus papéis no contexto familiar.

Joan Laird (1989 apud Hartman, 1994), cita que:

(...) a auto-narrativa é a explicação de um indivíduo sobre o relacionamento entre eventos relevantes a si mesmo ao longo do tempo, um modo de conectar eventos coerentemente na própria vida. A identidade própria, portanto, é construída sobre o sentido que se pode extrair da história da própria vida (p. 103).

Ou seja, o adotado ao descobrir que ele na verdade é um filho adotivo afirma perder sua identidade neste momento, pois, é como se ele soubesse que tem uma vida construída, mas que o começo de sua história foi perdido, visto que ela encontra-se como um livro de páginas em branco. Por isso a teoria narrativa é muito adequada, no intuito de se reconstruir esta identidade perdida pelo adotado.

A teoria e prática da família de origem de Bowen sugerem que: quanto mais completo é o corte de qualquer tipo de vínculo, maior será o envolvimento construído com a figura ausente (Bowen, 1978 apud Hartman, 1994). Na adoção significa que quanto mais os pais adotivos insistirem em manter o filho afastado de seus pais biológicos, mais ele terá vontade de conhecê-los ou de saber como foi sua história antes de ser adotado.

Para se trabalhar em terapia, neste caso, pode-se utilizar o trabalho intergeracional para preparar os clientes a estabelecer conexão com membros importantes do sistema familiar, isto vai ajudar a família a expor seus segredos, obtendo assim, de forma mais fácil, o processo de cura na adoção.

A teoria familiar sistêmica trabalha com os efeitos danosos causados pelos segredos no sistema. Ela aborda temas como: confiança, comunicação familiar, nível de ansiedade causada pelo não-dito do segredo e outros. Isto é feito por meio do trabalho em grupo, que envolve a família e a equipe terapêutica. Em relação às técnicas, a autora da presente monografia, acredita que poderão ser utilizadas: colagem, genograma familiar, modelagem e outras. Todas no intuito de se verificar a estruturação dos papéis de cada membro familiar e estimular a confiança e comunicação entre os participantes, já que por meio da comunicação, os efeitos dos segredos desaparecem e assim os sintomas também são eliminados.

Segundo Imber-Black (1994), antigamente nos trabalhos terapêuticos onde os segredos estavam envolvidos, não era dada muita importância ao conteúdo dos segredos. Todavia, hoje após a terapia familiar ter passado a se interessar pelas histórias, narrativa e construção social de crenças e significados, o conhecimento sobre o conteúdo dos segredos foi reconhecido como necessário para a estruturação de um bom trabalho terapêutico.

Conforme a autora citada acima os segredos podem ser divididos em positivos e nocivos. Os primeiros que são aqueles relacionados a rituais de ofertas de presentes a adolescentes que escondem algo dos pais devido estarem iniciando seus processos de diferenciação, segredos carinhosos de casais e outros. Já os segundos, nocivos, são os que ocasionam sintomas e a quebra da confiança pelos membros familiares.

Outra forma de trabalhar o segredo na família é analisando os significados que estes mantém no sistema. Assim, após a análise dos significados vai ser verificada uma forma da família re-significar os segredos que ela nutre, uma vez que ocasiona sofrimento para os membros familiares (Imber-Black, 1994).

Na terapia pode-se trabalhar com mudanças do segredo para privacidade, ou seja, depois que o cliente consegue contar a verdade sobre o segredo, ele, geralmente, afirma que algo muito pesado saiu de cima de si. Logo, de acordo com a autora citada acima, depois da revelação o segredo passa a ser algo privado da família, no entanto os sintomas que ele causava passam a não existir mais.

Comumente os filhos adotivos possuem uma forte tendência e esforço em tentar parecer física e psicologicamente com os pais adotivos. Existe um grande esforço para isso, mesmo que inconscientemente o que pode se tornar um risco muito grande para a criança, como pode ser observado em Dolto e Hamad (1998), onde Dolto diz que:

(...) o que torna uma criança psicótica é ser o centro do amor dos pais adotivos, ser o substituto do filho deles. O filho adotivo é a continuação deles imaginariamente, antes de ser simbolicamente. Aliás, ele pode se tornar simbolicamente sua continuação, o que nunca poderá acontecer se for reduzido ao estado de fetiche dos pais, em vez de ser seu descendente (p. 93).

Consciente disso, na terapia familiar, é interessante se trabalhar com as representações e elaborações dos papéis de cada integrante familiar. Visto que, a família adotiva necessita, antes de tudo, identificar os papéis de cada integrante e receber a criança como um membro familiar e não como um indivíduo que irá resolver os problemas de identidade da família. Esta deverá propiciar ao filho adotivo o sentimento de pertencente ao grupo, a fim de evitar futuros danos à criança e ao próprio sistema familiar.

3.5. Contribuição dos mitos familiares para o tratamento da adoção

Sabendo-se que os mitos edificam com frequência, histórias, contos e anedotas, a respeito das vivências familiares e que eles tendem a se repetir durante as gerações, observa-se que “a utilidade de evidenciar tais estruturas míticas dentro de um encontro terapêutico permite ter informações importantes sobre aquelas que foram as modalidades de construção da identidade individual e de como tais identidades despertaram da história” (Andolfi, 1996, p. 43).

Durante o processo terapêutico onde se está trabalhando com mitos, o terapeuta pode utilizar-se de entrevista com os familiares que estão em terapia, procurando levantar informações à cerca das pessoas envolvidas nos mitos familiares ou quem são os responsáveis por sua transmissão por meio das gerações. Ele pode também convidar o representante familiar que se responsabiliza por passar o mito das gerações em sua família, a fim de que este possa contribuir no intuito de analisar a influência dos mitos na relação familiar e até mesmo suas relações triangulares nas gerações.

Neuburger (1999), lembra que durante o processo psicoterápico deve-se esclarecer juntamente com a família quais são os mitos que são mantenedores de sintomas no sistema, por

exemplo, os pais adotivos devem conscientizar que o que irá garantir o sucesso da adoção será a forma pela qual a criança adotiva entrará na família e se adaptará a ela, conseguindo adquirir o vínculo afetivo ou não. O terapeuta deve se preocupar em ajudar a família, a concretizar este vínculo com a criança, visto que é pela via afetiva que ocorrerá uma boa estruturação da família adotiva.

Isto pode ser trabalhado nas famílias adotivas, com a finalidade de ajudar os membros desta família a visualizarem os motivos pelo qual resolveram adotar uma criança e identificarem se em suas famílias, já houve a repetição da adoção nas gerações. O que pode ajudar no processo de aceitação dos problemas, que levaram os pais a adotar uma criança. Pode ajudar, também, no processo de individuação da criança adotiva, que passará a se sentir pertencente ao grupo familiar sem ter que vivenciar sentimentos como gratidão pelo fato de um dia ter sido escolhida e criada como um filho legítimo.

Conclui-se que o terapeuta para efetuar um diagnóstico sobre problemas no processo de adoção de uma determinada família, se movimentará por toda rede relacional do seu cliente, fazendo uma análise das estruturas, que incluem: rede social, relações triangulares, sintomas triggeracionais, segredos e mitos familiares, presentes no sistema familiar adotivo, no intuito de verificar os eventos que tiveram importância na formação do ciclo familiar e seus resultados refletidos na composição do sistema.

CONCLUSÃO

Observa-se que hoje, no contexto nacional, as famílias adotivas têm se mostrado mais empenhadas em adotar, porém se preocupando em aceitar a origem de seus filhos, inclusive permitindo que eles saibam a verdade, desde suas infâncias, sobre a forma pela qual entraram nas famílias que se encontram. Porém, Hartman (1994) afirma que “os resultados das adoções abertas apenas serão conhecidos, quando uma geração de crianças crescer conhecendo seus pais biológicos” (p. 110).

Contudo, verifica-se que ainda existem casos em que os pais decidem manter a adoção em segredo o que pode propiciar sérios danos à estrutura familiar. Por isso a abordagem sistêmica e familiar torna-se de grande valia para o sucesso do processo da adoção, visto que possui um embasamento teórico que muito pode ajudar aqueles que necessitam de um acompanhamento maior e mais específico, como o psicoterapêutico familiar. Todavia, nota-se que especificamente para a adoção, muito ainda tem que ser feito e pesquisado, tanto pela psicologia quanto pela terapia sistêmica e familiar.

Inclusive ao se fazer o presente trabalho a autora percebeu que principalmente no Brasil, existe pouquíssimo material empírico sobre adoção, o que denuncia que deve ser feita mais pesquisa nesta área, pois, são muitos os que necessitam de tratamento psicoterapêutico, tendo em vista, que trazem como queixa ou demanda problemas familiares ou individuais relacionados à adoção.

Foi notado que a abordagem sistêmica e familiar também necessita voltar seu olhar para a adoção, pois, percebe-se que existe uma preocupação, por parte desta abordagem, de se entender e estudar o sistema familiar, porém são poucos os que fazem uma inter-relação entre a teoria sistêmica e a família adotiva.

Em Dolto e Hamad (1998) observa-se que a adoção para ser bem sucedida, necessita-se que a família permita que o filho se sinta realmente pertencente ao grupo familiar no qual está sendo inserido, visto que assim tornará possível a realização do processo de individuação e diferenciação da criança adotiva. Isto comprova que o trabalho psicoterapêutico é de grande importância dentro do contexto familiar adotivo.

Minuchin (1974 apud Barker, 2000) afirma que “a estrutura da família, consiste no acordo ou regras não escritas que regulam as transações entre os elementos da família” (p. 66). Logo,

verifica-se que em uma família adotiva, também vão surgir as regras que mesmo quando não ditas verbalmente, tornam-se essenciais como forma de manter o equilíbrio do sistema, que só é adquirido por meio das redefinições dos papéis de cada integrante familiar perante seu grupo. Assim, a psicoterapia familiar irá auxiliar na manutenção deste equilíbrio, que será adquirido com a ajuda da própria família, sendo que o psicoterapeuta necessitará ficar atento, a fim de evitar o surgimento de rigidez na família ou surgimento de novos sintomas.

Outra questão que é muito enfatizada por autores como Imber-Black (1994) e Hartman (1994) é a questão do segredo, que está muito presente no contexto familiar adotivo. Por meio do processo psicoterápico observa-se que muitos conflitos relatados por filhos adotivos estão relacionados à presença de segredos familiares, pois, muitas famílias adotivas optam por não contar a verdade sobre a origem de seus filhos, para eles e em alguns casos, para as pessoas do meio social no qual convivem.

Em relação aos segredos familiares na adoção, Hartman (1994) cita que muito pode ser aprendido com os adotados, com os pais biológicos e com os pais adotivos, pois:

(...) eles nos ensinaram como é ser um segredo e como é ter negadas informações vitais, até mesmo cruciais, por quem os rodeia. Eles nos mostraram o quanto pode ser incapacitante ter o acesso às suas origens, negado pelas leis vigentes. E eles nos ensinaram como podemos ser úteis, se simplesmente os escutarmos (p. 110).

Aqui se encontra mais uma vez a importância da escuta psicoterapêutica para o trabalho com famílias adotivas. O que justifica o objetivo do presente trabalho que é fazer uma inter-relação entre a abordagem sistêmica e familiar com o processo da adoção no intuito de auxiliar o psicoterapeuta familiar a melhor trabalhar com famílias adotivas.

Seguindo este propósito, a autora optou por fazer um levantamento teórico acerca do assunto abordado, se preocupando em trabalhar alguns temas, da abordagem sistêmica e familiar, em específico, como: a rede social sistêmica; a repetição do sintoma explanada pelos triggeracionais; a relação triangular presente na família; o segredo familiar e o mito familiar. A seguir procurou trabalhá-los teoricamente para em seguida falar sobre suas sugestões e

colaborações para o tratamento psicoterapêutico de famílias adotivas, o que ela acredita que pode ser feito com tranquilidade por equipe terapêutica familiar treinada e qualificada.

Assim, verifica-se que a abordagem sistêmica e familiar muito tem a contribuir para o sucesso da adoção e que esta área possui um amplo espaço a ser preenchido por interessados em intervir positivamente no processo psicoterapêutico. Observa-se que não existem psicoterapeutas especializados em trabalhos com famílias adotivas, mesmo sabendo que há um número alto de famílias adotivas que necessitam de acompanhamento psicoterápico.

Krom (2001) relata que os segredos possuem forte ligação com a questão trigeracional, e geralmente, quando eles são mantidos, nota-se que tendem a se repetir nas próximas gerações de uma mesma família.

Em relação aos mitos, Neuburger (1999) afirma que estes possuem grande peso nas decisões familiares o que pode gerar conflitos e ansiedade, pois, diante de algumas situações a família fica sem saber como agir, por exemplo, em alguns casos perante a pressão de componentes de sua rede social, a família tende a se preocupar em contar o mais rápido possível a verdade sobre a adoção para seus filhos, esquecendo-se muitas vezes que o essencial é criar primeiramente o vínculo com a criança para depois falar sobre a adoção.

Sabendo-se que muito ainda tem que ser feito, a autora do presente trabalho acredita que alcançou seu objetivo mesmo estando ciente que a pesquisa não se encerra por aqui. Visto que de acordo com Hartman (1994) “devemos desenvolver formas de ajudar os membros do triângulo da adoção” (p. 110). No intuito de melhorar seus relacionamentos e o convívio deles com suas redes sociais, ajudando também os pais adotivos a entender os fenômenos trigeracionais que podem estar relacionados à escolha que fizeram um dia por adotar uma criança.

Por fim, como afirma Hartman (1994):

(...) os princípios básicos que aprendemos com os adotados e com suas famílias biológicas e adotivas podem nos oferecer orientações para planejarmos modos de ajudar e darmos poder aos clientes, para que lidem com as conseqüências desses novos modos de formação de uma família (p. 111).

APÊNDICE I

Ofício nº 013/06

Brasília, 09 de março de 2006

Prezada Diretora,

Solicito autorização para que Sissi Mara Andrade Alves – RA: 2017614/2, aluna do Curso de Psicologia, realize uma entrevista, por meio de um gravador, nesta Instituição com um psicólogo responsável pelo acompanhamento e encaminhamento de famílias adotivas e biológicas, para desenvolvimento de um projeto pertencente à disciplina Monografia, supervisionado pelo Professor Maurício Neubern.

Informo que o objetivo deste trabalho é levantar informações sobre a rotina de trabalho da equipe responsável pela seção da adoção e será destinado apenas à coleta de dados para conclusão de trabalho final de curso e, a critério da Instituição, ao término do semestre, poderá ser entregue uma transcrição da entrevista.

A duração da atividade terá, em média, 50 minutos e as informações e/ou resposta obtidas, bem a identificação nominal, serão mantidas em absoluto sigilo a fim de preservar o anonimato dos mesmos, conforme código de ética profissional.

Atenciosamente,



Dra. Adrienne de Paiva Fernandes
Faculdade de Ciências da Saúde
Diretora

À
Sra. Sônia Veiga
Diretora de Projetos Institucionais da
Vara da Infância e da Juventude do DF

Resbi um 15/03/06. Sissi Mara Andrade Alves

APÊNDICE II

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Pelo presente instrumento, declaro que fui suficientemente esclarecido, pela aluna: Sissi Mara Andrade Alves RA: 20176142 do 10º Semestre do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, sobre os procedimentos (realização de uma entrevista que será feita com a utilização de um gravador e um roteiro de entrevista pré-estabelecido), a que vou me submeter, do qual sou responsável legal.

Pelo presente também manifesto expressamente minha concordância e meu consentimento para realização do procedimento acima descrito.

Brasília, 21 de Março de 2006.

Assinatura do Entrevistado

APÊNDICE III

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1- De que forma é feito o cadastro de pessoas que desejam adotar uma criança no Distrito Federal?
- 2- Como funciona o processo jurídico que autoriza a adoção no Brasil?
- 3- Que passos um casal que quer adotar uma criança legalmente tem que dar para conseguir adotar uma criança seguindo todos os quesitos citados pela Lei?
- 4- Que tipos de documentação eles precisam providenciar?
- 5- E a família que deseja entregar a criança à adoção, o que ela deve fazer, quem deve procurar?
- 6- De que forma é feito o acompanhamento dos pais adotivos, dos pais biológicos e das crianças encaminhadas à adoção?
- 7- De que forma é trabalhada com os pais adotivos assuntos como: segredo da adoção na família?
- 8- Que tipos de orientação são dados para os pais adotivos, sobre contar ou não a criança sobre sua adoção?
- 9- Como vocês percebem que as famílias adotivas agem em relação à adoção com seus filhos. Acham que eles contam a verdade?
- 10- Vocês já tiveram alguma experiência de algum adotado voltar na Vara da após alguns anos querendo saber sobre sua história de vida antes da adoção? Se sim, como foi feito o acompanhamento deste adotado?
- 11- A partir de que idade, vocês indicam que os pais contem a seus filhos sobre a adoção?
- 12- O que você acha que contribui para os candidatos preferirem adotar crianças recém-nascidas?
- 13- Que fatores, você acha, colaboram para o surgimento da adoção tardia?
- 14- Existe algum tipo de acompanhamento das famílias adotivas após a adoção?
- 15- Existe na Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal algum projeto que visa guardar informações sobre a origem da criança adotiva? Por exemplo, no Rio Grande do Sul é feita uma pasta, onde são guardados fotos, cartas e alguns documentos da criança antes da adoção, existe algo parecido no DF?

- 16- Como funciona o Projeto Pré-Natal da adoção criado por vocês da equipe psicossocial, do Setor de adoção do Distrito Federal?
- 17- Como são mantidos os registros originais dos adotados e dos pais biológicos no DF?
- 18- Após a adoção o que muda no registro da criança que vai ser adotada?
- 19- De que forma é feito o controle de natalidade e disponibilidade de crianças à adoção?
- 20- Como a criança, que é encaminhada para adoção, chega até vocês?
- 21- Existe no Brasil, ou em Brasília-Df, algum programa de apoio as mães biológicas, no intuito de se desestimular a mãe a entregar seu filho à adoção?
- 22- O que seria oitiva?
- 23- Como funcionam os plantões da equipe psicossocial do Setor de Adoção da Vara da Infância e Juventude do DF?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andolfi, M. (1996). A Linguagem do Encontro Terapêutico. (Rosana Severino Di Leone, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- _____ (1998). Família / Indivíduo: Um Modelo Trigeracional. In M. Elkaïm (Org.), Panorama das Terapias Familiares. Vol. 1. (pp. 119-142). São Paulo: Summus.
- Andolfi, M., & Angelo, C. (1988). Tempo e Mito em Psicoterapia Familiar. (Fiorangela Desidério, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Barker, P. (2000). Fundamentos da Terapia Familiar. (Sistemas, Famílias e Terapias, Vol. 06). Lisboa: Climepsi Editores.
- Berthoud, C.M.E. (1997). Filhos do Coração. Taubaté: Cabral Editora Universitária.
- Brasil (1990). Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069 de 13.07.90.
- _____ (2002). Código Civil. Lei 10.046 de 10.01.02.
- Campos, N.M.V., & Costa, L.F. (2004). A Subjetividade Presente no Estudo Psicossocial da Adoção. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(1), 95-104.
- Costa, L.F., & Campos, N.M.V. (2003). A Avaliação Psicossocial no Contexto da Adoção: Vivências das Famílias Adotantes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 19(3), 221-230.
- Cottle, T. J. (1993). O Segredo na Infância. (Jefferson Luiz Camargo, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Dolto, F., & Hamad, N. (1998). Destinos de Crianças: Adoção, Famílias de Acolhimento, Trabalho Social. (Eduardo Brandão, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Ebrabim, S.G. (2001). Adoção Tardia: Altruísmo, Maturidade, e Estabilidade Emocional. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14(1), 73-80.
- Elkaïm, M. (1998). Panorama das Terapias Familiares. Vol. 2. (Eleny Corina Heller, Trad.). São Paulo: Summus.
- Freyre, G. (1992). Casa Grande e Senzala. (13ª ed.). Rio de Janeiro: Record
- Garcia, C. (2004). Psicologia Jurídica: Operadores do Simbólico. Belo Horizonte: Del Rey.
- Hamad, N. (2002). A Criança Adotiva e Suas Famílias. (Sandra Regina Felgueiras, Trad.). Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

Hartman, A. (1994). Segredos na Adoção. In E. Imber-Black (Org.), Os Segredos na Família e na Terapia Familiar. (pp.94-112). Porto Alegre: Artes Médicas.

Imber-Black, E. (1994). Os Segredos na Família e na Terapia Familiar. (Deyse Batista, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.

Jones, E. (1999). Terapia dos Sistemas Familiares: Desenvolvimentos nas Terapias Sistêmicas da Escola de Milão. (Sistemas, Famílias e Terapias, Vol. 03). Lisboa: Climepsi Editores.

Krom, M. (2001). Os Mitos Familiares Como o Sentido na Família: Uma Leitura Instrumental Mítica. In M. A. Grandesso (Org.), Terapia e Justiça Social: Respostas Éticas a Questões de Dor em Terapia. (pp. 74-89). São Paulo: APTF.

Neuburger, R. (1999). O Mito Familiar. (Sonia Rangel, Trad.). São Paulo: Summus.

Nogueira, J. F. (2001). A Filiação que se Constrói: O Reconhecimento do Afeto Como Valor Jurídico. São Paulo: Memória Jurídica Editora.

Oliveira, S. M. (2001). Reconstruindo Vínculos e Construindo Redes Sociais. In M. A. Grandesso (Org.), Terapia e Justiça Social: Respostas Éticas a Questões de Dor em Terapia. (pp. 197-203). São Paulo: APTF.

Paccola, M.K. (1994). Leitura e Diferenciação do Mito: Histórias Familiares de Adolescentes com Problemas. São Paulo: Summus.

Papero, D. V. (1998). A Teoria Sobre os Sistemas Familiares de Bowen. In M. Elkaïm (Org.), Panorama das Teorias Familiares. Vol. 1. (pp. 71-100). São Paulo: Summus.

Reppold, C.T., & Hutz, C.S. (2003). Características Psicossociais das Mães Adotivas. Estudos de Psicologia, 8(1), 25-36.

Sluzki, C.E. (1997). A Rede Social na Prática Sistêmica: Alternativas Terapêuticas. (Claudia Berliner, Trad.). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Trimble, D. W., & Kliman, J. (1998). Intervenção na Rede. In M. Elkaïm (Org.), Panorama das Terapias Familiares. Vol. 2. (pp. 163-188). São Paulo: Summus.

Weber, L.N.D. (1999). Aspectos Psicológicos da Adoção. Curitiba: Juruá.

Weber, L.N.D. (2003). Adoção: Breve Análise das Relações Familiares. In M.Z.S. Brandão, F.C.S. Conte, F.S. Brandão, Y.K. Ingberman, C.B. Moura, V.M. Silva, S.M. Oliane (Org.), Sobre Comportamento e Cognição. Vol. 11: A História e os Avanços, a Seleção por Conseqüências em Ação. (pp.512-526). Santo André: ESETec Editores Associados.